

MEMORIAL

PROFESSOR DOUTOR CLÁUDIO ANTONIO DI MAURO

Junho de 2008

Este Memorial apresenta minha trajetória, nas diversas fases de formação e atuação como profissional no âmbito das Geografias e aquelas fases em que tive como base minha formação universitária, mesmo sem lidar diretamente com a ciência geográfica.

Começo pela formação universitária no município de Lins, na Faculdade “*Auxilium*” de Filosofia Ciências e Letras (FAL), onde iniciei minha vida profissional como professor em escola de Nível Superior (1971-1974). Abordo o crescimento intelectual e a atuação acadêmica com a realização do Mestrado e Doutorado na Universidade de São Paulo (USP), na Área da Geografia Física. Ressalto o fato de minha formação acadêmica ter sido permeada, com destaque, pela importante experiência de oito (8) anos de atividades profissionais (1974-1982), como Geógrafo, no Projeto RADAMBRASIL. Na seqüência, relato alguns fatos considerados relevantes dos quase vinte (20) anos de exercício, a partir de junho de 1982, na docência e formação de alunos, nos cursos de Graduação e de Pós Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP de Rio Claro)¹, com destaques para as atuações no Brasil e no Exterior. Nessa experiência acumulada na UNESP destaco as atuações em atividades de ensino, pesquisa, extensão de serviços à comunidade e administrativas. Para concluir, abordo a atuação do Geógrafo e do Acadêmico na vida político-partidária com encargos administrativos em dois mandatos sucessivos (1997-2000 e 2001-2004), exercidos como prefeito, no Município de Rio Claro, no Estado de São Paulo, bem como algumas das homenagens e méritos recebidos.

Apresentar alguns dos fatos, considerados por mim como relevantes na trajetória de minha atuação profissional, me coloca diante de escolhas. A partir dessas escolhas, passo a abordar acontecimentos que ofereceram as condições, algumas subjetivas e outras objetivas, para que os fatos acontecessem como eu os vejo e narro. Assim, exponho alguns dos movimentos de minha vida, considerando meu histórico e a base conceitual, que me formou durante todos estes anos. Seria mais simples apenas apresentar as informações gerais dos fatos. Mas, como isso aparece no “*Curriculum Vitae*”, escolhi narrar algumas das minhas experiências pessoais, outras envolvendo grupos de pessoas, amigos, conhecidos, colegas, afetos e desafetos, no movimento que transcorreu, através dos tempos, construindo minha trajetória de vida profissional.

¹ O convite para trabalhar na UNESP de Rio Claro se deu através do Professor **Antonio Christofolletti**, que me conheceu trabalhando no Projeto RADAMBRASIL, na Divisão de Geomorfologia. Segundo o Professor, a UNESP de Rio Claro tinha uma tradição de trabalhos Geomorfológicos e ele esperava minha atuação para dar essa continuidade.

Mesmo que essa trajetória profissional tenha origem na formação geográfica, ainda assim procurei, através dos anos, dialogar com outros saberes. Procurei integrar conhecimentos, na tentativa de superar a visão corporativa, às vezes excessivamente compartimentada e que predominou na ciência e na pesquisa do século passado. Mesmo trabalhando preferencialmente com temas ambientais, sempre reconheci e procurei valorizar a Geografia inserida no rol das Ciências Humanas. Por isso, trabalhando com Geomorfologia, com Meio Ambiente Urbano, com Planejamento Ambiental Municipal e/ou Regional, fui impulsionado, pela visão geográfica, a procurar entender as transformações introduzidas nos lugares pelas relações sociais e, portanto, pelas condições materiais de reprodução dos locais e universais. Também foi nessas perspectivas que procurei aplicar meus conhecimentos e os incorporados pelas equipes com as quais trabalhei, no lugar (município de Rio Claro), no Regional (Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí) e no Global (relacionamento com Mercosul – Rede Mercocidades – e com a Comunidade Européia – Redes URB-AL e Habitat), procurando “tecer” novas e outras relações sociais.

Desde já, quero enaltecer e agradecer a todos os pesquisadores brasileiros e estrangeiros que nos legaram a Geografia que temos. Esses saberes nos conduziram para a presente atuação. Seja por concordarmos ou por rejeitarmos aquelas formas de produzir as Geografias. No debate e na crítica construímos o que somos, relacionados estreitamente com as maneiras como se manifestam os poderes, fundamentados nas formas e meios de produção. Ou seja, também somos frutos das relações históricas e das geografias.

SUMÁRIO DO MEMORIAL

- 1) A Formação em Nível Superior e as Primeiras Incursões como Estudante-Professor e Professor no Ensino Médio e na Faculdade;**
- 2) A Geografia do Mestrado e do Doutorado;**
 - 2.1) A experiência profissional no Projeto RADAM/RADAMBRASIL;**
 - 2.2) O mestrado**
 - 2.3) A continuidade do trabalho com imagens de radar**
 - 2.4) Doutorado e processos erosivos**
 - 2.5) Laudos Periciais em Depredações Ambientais como Atividade de Ensino, Pesquisa e Prestação de Serviços à Comunidade**
- 3) Engajamento Acadêmico: Ensino, Pesquisa, Administração e Extensão dos Serviços à Comunidade;**
- 4) A Experiência Prática do Planejamento Urbano e Ambiental: A Prefeitura de Rio Claro**
 - 4.1) O Projeto de Construção de uma Nova Democracia**
 - 4.2) A Administração Pública Como Instrumento de Inclusão Social e Distribuição da Riqueza**
 - 4.3) O Município não é Insulado: Integração Regional e Internacional**
 - 4.3.1) Redes Municipalistas do Brasil**
 - 4.3.2) Redes de Abordagens Temáticas e Regionais**
 - 4.3.3) Redes Internacionais**
- 5) Homenagens, Distinções e Méritos Recebidos**
- 6) Atividades a Serem Desenvolvidas e Resultados Esperados**

1) A Formação em Nível Superior e as Primeiras Incursões como Estudante-Professor, Professor no Ensino Médio e na Faculdade

Fiz meus Bacharelado e Licenciatura em Geografia na Faculdade “*Auxilium*” de Filosofia, Ciências e Letras de Lins (FAL)², no período de 1968-1971, em pleno vigor do golpe militar. Até 1964, meu pai, Francisco de Mauro, ocupou a presidência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)³ – partido que elegeu João Goulart – e era acusado de pertencer ao que se conhecia como o Grupo dos Onze (11) de Brizola. Medo e risco de perseguição eram constantes em nossa vida familiar, durante o período referido.

Possivelmente esses fatos foram importantes para minha escolha de atuar preferencialmente no que chamam de Geografia Física. O Professor Nariaque Cavaguti era professor de Elementos de Geologia e me escolheu como seu monitor e colaborador para aperfeiçoamento na área. Dediquei-me com afinco. Em pouco tempo, antes mesmo de concluir o curso de Geografia, substituía o Professor nas aulas em que ele não poderia estar presente nas salas de aulas, para alunos do 1º ano. Em seguida, ao concluir o curso, fiquei responsável pela disciplina por dois anos. Em 1973 procurei o Professor Aziz Nacib Ab’Sáber⁴, que me recebeu como seu aluno no início de meu Curso de Mestrado da USP. A partir daí, passei a me dedicar à Geomorfologia. Até o início de 1974, viajava semanalmente de São Paulo para Lins, onde ministrava as aulas de Geomorfologia na FAL. Naquelas primeiras incursões pelos Elementos de Geologia e pela Geomorfologia, minha tarefa era reproduzir de maneira simplificada os conteúdos dos Livros de Geografia Física de Arthur Strahler; Geologia Geral, de Sérgio Estanislau do Amaral e Victor Leinz; Geomorfologia, de Max Derruau; Princípios e Métodos da Geomorfologia, de Jean Tricart. Além dos conteúdos elaborados com especificidade pelo professor Nariaque Cavaguti e de minhas aulas nas disciplinas e estágios do Mestrado, ministradas pelos Professores Doutores Olga Cruz (minha orientadora no Mestrado e no Doutorado) José Pereira de Queiroz Netto, Aziz Nacib Ab’Sáber, Lílian Coltrinari, José Bueno Conti, Augusto Vairo Titarelli e Mário De Biasi.

² A Faculdade “*Auxilium*” de Filosofia Ciências e Letras (FAL) tem como mantenedoras as irmãs da Congregação de “Maria Auxiliadora”

³ O meu Pai **Francisco de Mauro** era ativista. Naquele período, em Lins (SP), o PTB tinha confrontos com o PSD e a UDN. Na cidade, PTB era uma sigla usada para se referir às pessoas economicamente pobres que militavam na política partidária. O PTB era o Partido de quem andava a pé, pois não tinha carro.

⁴ O Professor **Aziz Nacif Ab’Sáber** foi homenageado pela FAL, tendo seu nome destinado ao Centro de Estudos Geográficos.

Por iniciativa e facilidades criadas pela Professora e Irmã Dilza Maria Moreira da Silva, mentora e coordenadora do Curso de Graduação em Geografia na FAL, tivemos cursos e trabalhos de campo envolvendo profissionais destacados no Brasil, como os Professores Doutores Olga Cruz, João José Bigarella e Roberto Lobato Corrêa, entre outros. Com essas atividades programas e trabalhos de campo se tornaram habituais no Curso de Geografia da FAL. Assim é que realizamos um trabalho de uma semana no Estado do Paraná e Santa Catarina, sob coordenação do Professor Doutor João José Bigarella; trabalhos de campo pelas regiões morfoestruturais do Estado de São Paulo sob a coordenação do Professor Nariaque Cavaguti; trabalho de campo pela Bacia do Paraná até a Foz do Iguaçu, com presença multidisciplinar e integrada de professores do Curso de Geografia da FAL, sob coordenação da Professora de Climatologia, Irmã Dilza Maria Moreira da Silva; excursão de vinte dias pelo Mato Grosso e Bolívia, passando por Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba e La Paz, sob coordenação da Professora Irmã Dilza Maria Moreira da Silva. A elaboração de relatórios com apresentação em Encontros da União Paulista dos Estudantes de Geografia (UPEGE). Portanto, mesmo em se tratando de uma Faculdade de orientação confessional, em período de ditadura militar, havia um esforço para capacitação adequada de seus alunos.

Não posso deixar de abordar a importância da experiência vivida via Projeto Rondon. Em 1970, fui para o Ceará, fixando as atividades por 20 dias em Aracoiaba, aos pés da Serra de Baturité. Ali tomei contato, pela primeira vez, com a triste realidade das cacimbas, em regiões semi-áridas. Pude acompanhar as populações empobrecidas se dirigindo para as cacimbas de pouca profundidade, local que servia para o abastecimento de pessoas e de animais domésticos. Já em fase de estiagem, muitas mães espremiavam o barro, com as mãos, para conseguir a água que seria utilizada em suas casas. Portávamos, sem treinamento, *hipoclorito de sódio* para servir de desinfetante para a água de consumo humano. O drama daquelas populações me chocou para a necessidade do comprometimento com as realidades sociais dos *brasis*.

Durante a realização do Curso de Graduação em Geografia (1968-1971) surgiu a oportunidade de trabalhar como professor no Instituto Americano de Lins (IAL), escola na qual eu havia cursado algumas séries do então Curso Ginásial. Assim passei a ministrar aulas de Geografia para alunos das 5^a, 6^a, 7^a e 8^a. Posteriormente, também para os alunos da 1^a série do ensino médio. A experiência como Professor de Geografia foi muito importante. Principalmente quando escolhi como base do trabalho nas primeiras séries do ensino médio o livro **O Drama do Século XX**, de

autoria de **L. J. LEBRET (1966)**⁵, que em sua introdução traz a afirmação de Gunnar Myrdal: *“O futuro não é uma fatalidade cega; pelo contrário, está entregue à nossa responsabilidade. Temos o poder de analisar os fatos e aplicar racionalmente as conseqüências práticas dos nossos ideais”*. Era o período da ditadura militar e afirmações como essas nos levavam a estar sob observação dos órgãos da repressão. **LEBRET** se constituiu no importante Planejador que ajudou a preparar o Plano Diretor de Recife, e sua análise considerava a situação do mundo e as exigências de uma nova civilização. Embora eu estivesse mais envolvido com os temas do que se identificava como Geografia Física, minha formação humanística apontava para a integração entre os componentes da Natureza e da Sociedade. Ou seja, foram exatamente essas reflexões que me impulsionaram para o entendimento de qual seria minha forma de fazer Geografia.

Hoje, revendo meu passado de formação geográfica, tenho clareza em concordar com a sabedoria do Professor Milton Santos ao afirmar que cada pessoa faz as suas Geografias, não uma única forma de produzir Geografia. Não me conformei em permanecer em Lins trabalhando como Professor no Ginásio e no Ensino Médio. Embora reconhecendo a importância desse trabalho, vislumbrava a necessidade de sair em busca de melhor aprimoramento profissional.

Tomei a iniciativa de procurar a todo-poderosa Universidade de São Paulo (USP). Para os alunos das Faculdades particulares do interior de São Paulo destacavam-se duas grandes referências: a Geografia da USP e a inovadora Geografia da UNESP de Rio Claro, onde estavam surgindo os núcleos de trabalhos quantitativos. Optei pela USP, fui para São Paulo dialogar com o Professor Aziz Ab’Sáber, que me recebeu com toda atenção. Iniciei meu mestrado com ele, após muito diálogo e ele me afirmou que eu era um mineral para ser lapidado. Precisaria ler e estudar muito para acompanhar o Mestrado em Geografia Física.

1) As Geografias do Mestrado e do Doutorado

As primeiras experiências como Professor de Geografia no Instituto Americano de Lins⁶ e na Escola Estadual de Guaimbé foram prazerosas, pelo convívio com uma juventude cheia de esperanças. Mas chamavam para a responsabilidade de refletir sobre o trabalho

⁵ **L. J. LEBRET (1966)** O Drama do Século XX: Miséria, Subdesenvolvimento, Inconsciência, Esperança. Livraria Duas Cidades. São Paulo.

⁶ O **Instituto Americano de Lins (IAL)** é uma escola de origem evangélica, mais especificamente da Igreja Metodista, também mantenedora da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e de São Paulo (Rudge Ramos).

desenvolvido e as perspectivas de ajudar os jovens, em busca de suas realizações. Esse era um grande conflito, como me sentir seguro de que estava de fato contribuindo para o futuro daqueles jovens. Eu estava convencido de que dar aulas de Geografia não poderia ser apenas o meu ofício para obter minha sobrevivência. Queria mais, precisava me dedicar à construção da utopia.

Com essas preocupações resolvi procurar, na referência dos interioranos do Estado de São Paulo, seguindo para a Capital em busca de respostas para as perguntas e para minha ansiedade. Aportei na USP, no Gabinete do Professor Aziz. Marquei uma entrevista e fui muito bem recebido. Percebendo minha fragilidade teórica e de conteúdo, mas consciente de que tinha em suas mãos um recém-formado determinado e disposto a se dedicar, o Professor Aziz marcou a data para uma entrevista formal. Para mim era tudo novidade: a maior Universidade brasileira, a *todo-poderosa* USP, a figura ímpar do Prof. Aziz, a descoberta da megalópole⁷. Assim conheci no Laboratório de Climatologia o meu primeiro amigo na USP, o pós-graduando **Antonio Giacomini Ribeiro**⁸. Percebendo minhas dificuldades, prontificou-se a me remeter correspondência com regulamentos e datas das provas da Pós-Graduação em Geografia. Generosamente cumpriu o compromisso e me deu as condições, em cronograma, para me inscrever e iniciar as atividades tão esperadas e queridas.

Naqueles dias de 1973 havia dificuldades para se conseguir uma Bolsa de Estudos para cursar o Mestrado. O número era muito limitado. Precisei assumir o compromisso de que conseguiria estudar sem depender dessa ajuda. Vencido o primeiro obstáculo, conseguida a vaga para o mestrado, iniciou-se a fase de cumprir os créditos das disciplinas e estágios, além de dar aulas em Cursinhos e Supletivos para sobreviver. Foi muito difícil, mas possível de cumprir.

Além dessas atividades, passei a viajar semanalmente para Lins (6 horas para ida e 6 horas para volta), ministrando de 6 a 8 horas/aula às sextas-feiras pela noite e aos sábados, na Faculdade (FAL) onde havia iniciado minha formação em Geografia. Já no ano de 1973 consegui obter todos os créditos necessários em disciplinas e em alguns estágios obrigatórios. Tendo em vista o agravamento de sua situação de saúde, o

⁷ “E quando eu cheguei por aqui

Eu nada entendi: a dura poesia concreta de suas esquinas, A deselegância discreta das suas meninas”. “Sampa” de Caetano Veloso.

⁸ **Antonio Giacomini Ribeiro** veio a ser meu colega de trabalho no Projeto RADAM/RADAMBRASIL. Posteriormente foi trabalhar na Universidade de Maringá (Paraná) e em seguida na Universidade Federal de Uberlândia onde se aposentou.

Professor Aziz AB'Sáber passou seus alunos do mestrado para outros Professores Orientadores. Tive a felicidade de ser encaminhado para a excelente profissional Professora Doutora Olga Cruz. Profissional dedicada, inovadora e competente. Tivemos reuniões e programações de trabalho, atividades de laboratório, atividades de campo de média duração, todas muito bem coordenadas. Em janeiro de 1974 veio uma proposta, trazida pela minha orientadora: o Projeto RADAM estava aguardando a indicação de um profissional de sua confiança. Fui indicado e em abril de 1974 viajei para Belém (PA), onde estava a sede do novo trabalho, na Divisão de Geomorfologia. As horas que precisariam ser completadas por Estágios para cumprimento da programação do Mestrado foram atendidas em período de férias.

Com o início destas atividades profissionais em Geomorfologia, a metodologia do Projeto RADAM passou a se constituir na base das técnicas para a realização da dissertação. A experiência de interpretação de fotografias aéreas, acumulada com a dedicação de minha Orientadora do Mestrado⁹, foi indispensável para que houvesse uma adaptação à interpretação das imagens de radar. Tratavam-se de imagens e técnicas inovadoras. A própria metodologia para mapeamento, através das imagens de radar, estava em processo de elaboração sob a direção do Professor Doutor Getúlio Vargas Barbosa. Nas universidades brasileiras esses instrumentos não eram de uso habitual, havia mesmo dificuldades para se adquirir tais imagens. O ritual exigia o pedido de autorização para autoridades brasileiras, acionando, através da direção do Projeto RADAM, a viabilização da cópia.

Os trabalhos de campo realizados no curso universitário, alguns deles dirigidos pelo Professor Nariaque Cavaguti, pela Professora Irmã Dilza Maria Moreira e pelo Professor João José Bigarella, foram indispensáveis para assimilar as técnicas dos trabalhos no Projeto RADAM. Mas, na Pós-Graduação da USP, pudemos aprender técnicas de trabalho de campo com a Professora Olga Cruz, com o Professor Aziz Nacib Ab'Sáber, com o Professor José Pereira de Queiroz Neto, que inclusive nos permitiu o convívio de sala de aula e de campo com os Professores André Libaux e Joel Pellerin, entre outros.

2.1) A Experiência Profissional no Projeto RADAM/RADAMBRASIL

⁹ **Olga Cruz** foi minha orientadora no Mestrado e no Doutorado. A ela devo as oportunidades que tive nos trabalhos científicos e técnicos, com imagens de radar e posteriormente com os processos geomorfológicos.

A experiência profissional vivida no Projeto RADAM e posteriormente RADAMBRASIL foi muito importante para minha formação em Geomorfologia e na preparação da Dissertação do Mestrado. O primeiro convívio com as imagens de radar foi marcante. Morando em Belém do Pará, convivíamos com Geógrafos, Geólogos, Engenheiros Florestais, Engenheiros Agrônomos, Engenheiros Cartógrafos, Cientistas Sociais, entre outros profissionais. Tal convívio acontecia nos mapeamentos em Gabinete, em eventuais seminários organizados pela Direção do Projeto, em Trabalhos de Campo de média e longa durações.

Nos primeiros anos da década, a partir de 1970, o mapeamento Geomorfológico com base em imagens de radar era uma grande novidade, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. A metodologia de representação das formas de relevo foi inteiramente desenvolvido sob a coordenação do Professor Getúlio Vargas Barbosa, um geógrafo mineiro muito dedicado ao trabalho e competente. O Professor Getúlio formou sua equipe com um grupo de jovens geógrafos, dispostos a morar em Belém, vindos de diversas partes do Brasil. Cheguei no mês de maio de 1974, encaminhado pela Professora Olga Cruz. Fui adicionado à equipe e iniciei meu trabalho de mapeamento e preparação de Relatório da Folha S. A. 21 Santarém, na escala 1:1000000, embora as interpretações iniciais fossem efetuadas na escala 1:250000. Depois fui responsável pelos mapeamentos das Folhas Purus, Brasília, e trabalhei em outras como Juruena, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

O trabalho no Projeto RADAM tinha a novidade da Amazônia, as novíssimas imagens de radar, os sobrevôos de avião bimotor (Islander) e helicóptero, os percursos de barcos e incursões pelos caminhos e estradas rodoviárias amazônicas. Nesse trabalho pude circular por praticamente toda a Amazônia Oriental e Ocidental. Participei de trabalhos de campo com o Professor Getúlio Vargas Barbosa e tive um longo convívio com o Professor Jean Tricart¹⁰, em campo e em gabinete. Foi também no Projeto RADAM que tive oportunidade de conhecer o Professor Antonio Christofolletti e a Professora Tereza Cardoso da Silva, ambos assessorando e orientando trabalhos de gabinete e de campo.

¹⁰ **Jean Tricart** – O pesquisador francês esteve no Projeto RADAM, em Belém, por duas oportunidades. Em uma delas realizamos um trabalho de sobrevôo e percurso de campo de 10 dias. Sobrevoamos, principalmente a Amazônia Ocidental, a partir de Manaus, incluindo Acre e Rondônia. No Estado do Acre tivemos uma pane aérea, com incêndio no motor esquerdo do *Islander*, que precisou ser “*embanderado*” (o motor é desligado e a hélice pára de girar), segundo a “*gíria*” dos aeronautas. Com isso o vôo precisou ser interrompido em Tarauacá. Ali permanecemos por três dias, aproveitando para atividades às margens do Rio Tarauacá. Esta atividade serviu para a coleta de informações que foram publicadas pelo IBGE, a partir da elaboração do Professor Tricart, no livro *Ecodinâmica*.

As dificuldades tecnológicas em Belém eram de tal ordem que a redução na escala das interpretações preliminares das imagens de radar desenhadas em acetatos (overlay), originalmente na escala 1:250000, para a adequação em escala de publicação (1:1000000), o material tinha que viajar, por via aérea, para a cidade do Rio de Janeiro, onde uma equipe providenciava as fotocópias com as devidas reduções. O retorno do material demorava de uma semana a dez dias, precisando ajustar a programação de cronograma para cumprir essa etapa. Trabalhávamos com cronogramas muito apertados. Todas as interpretações de imagens, cerca de 16 por folha de publicação, eram efetuadas geralmente por uma equipe de três técnicos. As interpretações; preparação das análises morfoestruturais e morfoclimáticas; os percursos de campo por sobrevôo, por terra e/ou barco; a revisão dessas interpretações após as atividades de campo; a montagem final dos mapas; a preparação dos relatórios para publicação; todo esse trabalho representava etapas de aproximadamente 12 a 18 meses, no total. Por isso mesmo é que o Projeto RADAM tinha um caráter expedito, com mapeamentos e produtos elaborados com muita rapidez. Na maioria das vezes a premência no tempo implicava em dificuldades e sacrifícios para a qualidade do produto final. Devemos considerar que os resultados dos mapeamentos e dos relatórios eram publicados com qualidade e cores. Para muitas regiões brasileiras, as publicações sistematizadas do Projeto RADAM ainda se constituem no material básico para pesquisa.

2.2) Ilha Tupinambarana: objeto da Dissertação de Mestrado

Fiz parte da equipe que também era formada por Dilermando Alves do Nascimento e Maria das Graças Lobato Garcia, com a responsabilidade de elaborar o Mapeamento e o Relatório Geomorfológicos da Folha S.A.21-Santarém¹¹, publicação de 1976, volume 10 da Coleção: Levantamento de Recursos Naturais, pelo Projeto RADAM. Nesse mapeamento identifiquei no Estado do Amazonas, nas proximidades da foz do Rio Madeira, pela margem direita do Rio Amazonas, uma imensa ilha formada por furos e canais de drenagem que intercomunicavam os dois grandes rios, em posição diferente do local onde se situa a foz. Ou seja, há um canal a partir da margem direita do Rio Madeira, localizado a sudoeste do sítio urbano de Nova Olinda do Norte, que conduz parte de suas águas para o Rio Amazonas, com foz identificada a leste do sítio urbano de Parintins. Essa ligação do Madeira ao Amazonas recebe diversas denominações regionalizadas, mas como fenômeno hidrográfico geral, está reconhecido como Furo ou Paraná do Urariá. São fatos geográficos,

¹¹ NASCIMENTO, D. A; GARCIA, M. G. L & MAURO, C. A (1976) Geomorfologia da Folha AS 21-Santarém. In: BRASIL. Departamento Nacional da produção Mineral - Projeto RADAM. Levantamento dos Recursos Naturais, volume 10. Rio de Janeiro.

naturais da Amazônia, completamente diferenciados das situações habitualmente conhecidas. Para dificultar ainda mais o entendimento dos fatos, em posição intermediária do percurso do Furo ou Paraná Urariá, desde o Rio Madeira até o Rio Amazonas, localiza-se o Paraná do Ramos, que faz uma ligação secundária desde o Urariá até o Rio Amazonas. Trata-se, portanto, de mais uma ligação e mais uma foz do Rio Madeira no Rio Amazonas. Mesmo estudos macro-regionais apontarão a existência de muitas outras ligações secundárias e/ou terciárias entre os rios Madeira e Amazonas. Trata-se daquilo que **AB'SÁBER (1967)**¹² denominou de "*drenagem labiríntica da Amazônia*".

Toda essa complexidade da drenagem amazônica merecia um destaque. Nunca foi de meu interesse acadêmico explicar e compreender a gênese de tais *instigantes* acontecimentos naturais. Considerei-me limitado para tantas pretensões. Mas havia necessidade de identificá-los, apontá-los para futuros estudos sobre os mecanismos e processos afetos à essa imensa e desconhecida Amazônia.

A diversidade de formas e processos da Planície Amazônica tinha sido apontada por **BARBOSA et alli (1974)**¹³, ao dizer que ela é composta por um emaranhado de rios, canais, recentes dos tipos furos, paranás e igarapés, meandros abandonados, lagos, diques aluviais, igapós, paleocanais fluviais e ilhas. Tais fatos naturais são perfeitamente identificados na ilha de Tupinambarana, além de inúmeros pontos onde ocorreu a sedimentação produzida pelo fluxo de águas e sedimentos vindos do Rio Amazonas, e depositados em lagos e em baixos cursos de diversos dos seus afluentes. Em outras palavras está-se dizendo que o Rio Amazonas, apesar de receber, na maior parte do ano, as águas de seus afluentes, nos períodos de suas cheias poderá drenar para dentro de seus afluentes, depositando os sedimentos inerentes às suas águas barrentas. Há, portanto, uma sinergia, uma troca de matéria e energia entre os rios, independentemente da escala de tamanho e da posição hierárquica assumida pelos rios no sistema de drenagem. Assim, na Dissertação de Mestrado, foi possível fazer uma primeira classificação de lagos e canais de drenagem inerentes a esta parte da Amazônia¹⁴. Os "*feixes*" de diques aluviais, na proximidade da principal foz do Rio Madeira, evidenciam modificações nas direções dos cursos dos Rios Amazonas e do próprio

¹² **AB'SÁBER, A. N. (1967)** Problemas geomorfológicos da Amazônia Brasileira. Atas do Simpósio da Biota Amazônica, GEOCI. Rio de Janeiro (volume I, pag. 35-67)

¹³ **BARBOSA, G.V. et alli (1974)** Geomorfologia da Folha AS Belém. In : Brasil. Departamento Nacional da Produção Mineral - Projeto RADAM. Levantamento de Recursos Naturais, volume 05. Rio de Janeiro.

¹⁴ **MAURO, C. A (1983)** Aspectos Morfológicos da Planície Amazônica na Ilha Tupinambarana (Amazônia- Brasil). Geociências., 2. Pag. 51-57. São Paulo.

Madeira. São possíveis de serem identificadas as sedimentações dos "feixes" de diques, construídos a partir das águas do Rio Amazonas e outros, principalmente pelo rio Madeira. São pelo menos três gerações distintas de processos sedimentares que intercalam diques aluviais e lagos.

As interpretações das imagens de radar, embora com as devidas limitações do material e da dificuldade de obtenção da interpretação com estereoscópio, permite identificação de situações que devem merecer estudos e planejamentos para a compreensão das fragilidades e das características inerentes à Amazônia Brasileira. É óbvio que os muito caros e limitados trabalhos de campo¹⁵ permitiram, na fase do projeto Radam, a resolução de dúvidas e problemas levantados em gabinete. Mas, em sobrevôo e percurso rodoviário, outras dificuldades eram aglutinadas a aquelas já levantadas anteriormente, muitas das quais permaneciam. A disciplina na seleção das áreas que seriam visitadas para solução de dúvidas, o planejamento dos tempos de execução das tarefas – gabinete e campo –, conforme disponibilidade de cronograma, foram treinamentos rígidos que serviram para minha formação profissional. Contudo, a Amazônia me deixou uma lição imensurável: somos muito pequenos e limitados diante da complexidade da natureza. Não há como dominá-la.

A generosidade de minha orientadora Prof^a. Dr^a. OLGA CRUZ, ao compreender meus conflitos e as dificuldades impostas por essa grande e extraordinária experiência, foi a garantia da conclusão do mestrado. Ela soube me orientar com a necessária liberdade metodológica, indispensável para a busca do conhecimento de um objeto de pesquisa e de instrumentos tecnológicos inovadores, para aquele momento dos conhecimentos geográficos. Sua ação rigorosa e exigente também me ensinou definitivamente.

2.3 - A continuidade do trabalho com imagens de radar (o pós-mestrado)

Da Amazônia, tendo sido o Projeto Radam transformado em Radambrasil, fui transferido para Salvador, onde assumi algumas responsabilidades administrativas. Em seguida fiquei com a atribuição de coordenar os Mapeamentos e o Relatório da Folha Brasília, publicados sob número 19 da coleção de Levantamentos dos Recursos Naturais. Foi uma nova experiência, por parcelas do território nacional bem-servidas por

¹⁵ Os trabalhos de campo no Projeto Radam e depois no Radambrasil obedeciam a um planejamento que era limitado pelas possibilidades financeiras. Mesmo assim, percursos por estradas, sobrevôo e percursos por rios (barco) eram executados. Muitos pontos de dúvidas podiam ser aglutinados e as áreas eram visitadas nos trabalhos realizados.

rodovias e com muitos trabalhos produzidos. Os companheiros de equipe foram os dois saudosos geógrafos Marli Dantas e Flanklin Alves Roso¹⁶. Após trabalhar na Planície Amazônica, agora teríamos que enfrentar a Depressão Sertaneja e as características especiais do São Francisco, o Rio da Unidade Nacional, o Planalto Central, as Serras da Canastra, a Chapada Diamantina e a Chapada dos Veadeiros, entre tantas variedades geomorfológicas do Brasil Central. Da Floresta Amazônica para o Cerrado e mesmo para a Caatinga. Alguns dos geógrafos que atuavam no projeto Radambrasil, cada vez de maneira mais amadurecida, compreendiam a necessidade de que os trabalhos não se limitassem à produção de Mapas e Relatórios. Os conflitos produzidos pela verificação, em campo, das polarizações do Brasil, nos chamavam para novas reflexões. Pudemos chegar no Planalto Central antes dos processo migratórios que ocuparam as Chapadas (Chapadões Centrais) para produção de soja. "*Mapeamos*" e relatamos o que vimos e avisamos sobre alguns riscos que seriam oferecidos pela mecanização da produção agrícola e remoção do Cerrado, com as conseqüentes acelerações das ações dos processos erosivos pluviais.

Concluída esta fase, fui transferido para a base do Projeto Radambrasil no Rio de Janeiro. Dali "*mapeamos*" e iniciamos a elaboração do Relatório da Folha Rio de Janeiro-Vitória, publicados com o n° 29 da Coleção Levantamento dos Recursos Naturais. Neste caso, a experiência foi ainda mais complexa. Mapear os territórios que haviam sido objeto de dissertações e teses pelos mais experientes geógrafos brasileiros e muitos estrangeiros. Acompanhado dos colegas e geógrafos Luiz Carlos Gatto e Maria Hilde de Barros Góes, com sede no Rio de Janeiro, fizemos trabalhos de campo pelos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, para elaboração do Mapeamento Geomorfológico. Em São Paulo, na USP, reunimo-nos com o Professor Aziz Nacib Ab'Sáber para receber sugestões e orientações que nos ajudaram muito para a compartimentação geomorfológica das áreas trabalhadas. Contudo, a assessoria para conclusão do mapeamento ficou por conta da Professora Tereza Cardoso da Silva. Foi em 1982 que recebi o convite do Professor Antonio Christofolletti para trabalhar na UNESP. Em um dos trabalhos de campo no Estado de São Paulo, visitamos a UNESP de Rio Claro e fomos recebidos pelo Professor Christofolletti. Esclareci que não gostaria de trabalhar com morfometria das redes de drenagem, atividade que caracterizava a atuação do Professor. Ele compreendeu e me deu total liberdade para definir meus projetos de pesquisa, desde que ficasse responsável pela disciplina Geomorfologia. Concordei e me transferi para Rio Claro.

¹⁶ Minhas homenagens aos dois queridos colegas e companheiros dos trabalhos de gabinete e de campo. Eles foram dedicados e responsáveis pela excelente qualidade, diante das circunstâncias, deste que é um importante marco da produção geomorfológica do Projeto Radambrasil.

Em Rio Claro, no 2º semestre de 1982, assumi uma carga horária de 20 horas de aulas semanais, nos Cursos de Geografia, Geologia e Ecologia. No mesmo período me inscrevi no Curso de Doutorado da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Professora Olga Cruz. Na docência, o emprego das imagens de radar se constituiu em estratégia para que as aulas fossem ministradas. No Departamento de Planejamento Regional pude realizar diversas atividades voltadas para o Planejamento Ambiental, especialmente de Municípios. Com alunos do Curso de Geografia realizamos atividades de Planejamento Municipal junto ao município de Cosmópolis, localizado na atual Região Administrativa de Campinas.

2.4) Voçorocas em São Carlos: Objeto de Pesquisa no Doutorado¹⁷

A atividade acadêmica produziu uma verdadeira revolução em minhas concepções geográficas. O trabalho técnico no Projeto Radam que foi transformado em Projeto RadamBrasil me ofereceu instrumentos tecnológicos de grande relevância. Também me colocou em contato com a dura realidade brasileira: desde as comunidades indígenas e ribeirinhas da Amazônia, até o sofrimento do semi-árido nordestino; desde as estruturas urbanas organizadas como o Bairro Barão de Geraldo em Campinas, o desenho urbano moderno de Brasília, até os bolsões de pobreza e miséria da capital paulista. Enfim, não conseguia entender os estudos geomorfológicos servindo de instrumentos para a reprodução da dominação, no sistema vigente.

Nos primeiros anos da década de 1990, a Universidade de São Paulo recebia muitos Geógrafos Europeus, trabalhando com aspectos do que se convencionava chamar de Geografia Física. Na Geomorfologia ganhou destaque a presença do Professor DE PLOEY, especializado em estudos de experimentação geomorfológica em laboratórios e em campo. Da mesma forma, o Instituto Florestal do Estado de São Paulo, com apoio de geógrafos e engenheiros japoneses, implementava campos de experimentação do escoamento das águas pluviais, especialmente na Serra do Mar, no município de Cunha. Tais incursões geomorfológicas eram muito interessantes. Principalmente pelo fato de que a professora Olga Cruz tinha concluído seu Doutorado e em seguida a Livre Docência com acompanhamento da evolução de vertentes na Serra do Mar, pesquisando os processos geomorfológicos pluviais. Havia uma nítida disposição de sua equipe, da qual eu fazia parte, para firmar essa linha de trabalho no Brasil. Assim, a Professora Claudete Delavedove Baccaro e a Professora Vera

¹⁷ MAURO, C. A .de (1989) – VOÇOROCAS: Marcas das Relações Sociedade-Natureza na Bacia do Monjolinho. São Carlos – SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo.

Beatriz Batres se constituíam peças fundamentais para esse empreendimento. Nos dois casos citados, as teses de doutorado foram realizadas nessa trajetória. Nesse mesmo tempo os trabalhos desenvolvidos sob coordenação da Professora Maria Regina Mousinho no Rio de Janeiro, também voltados para as pesquisas sobre evolução de vertentes, permitiu que despontasse uma plêiade de geógrafos, com destaque para a Professora Ana Luiza Coelho Netto.

Com minha presença em Rio Claro passei a escolher o local que me permitisse acompanhar a evolução de vertentes, tendo em vista as precipitações pluviiais. Com isso, as observações de campo e de fotografias aéreas estimularam a escolha de áreas no Planalto de São Carlos, trecho do relevo que bordejia as Cuestas Basálticas no Estado de São Paulo, localizadas nas proximidades de Rio Claro, o que facilitava as possíveis experimentações.

Quando iniciei o doutorado, havia a possibilidade de trabalhar exclusivamente dentro da metodologia experimental; entretanto, com a expectativa de novos caminhos da pesquisa geomorfológica, juntou-se a discussão que tem sido travada sobre as questões do Método em Geografia. Assim, a decisão foi de envolvimento nesse debate, recebendo contribuição e contribuindo para o crescimento na qualidade dos trabalhos geográficos brasileiros. Mesmo nos estudos das ciências da natureza, tem sido crescente o número de geógrafos que se dedicam ao aprofundamento dos estudos que visam a reconhecer o homem, especialmente as sociedades, como produtores dos espaços geográficos. No entanto, as decisões políticas não são baseadas nos trabalhos seriamente desenvolvidos por planejadores, inclusive geógrafos, mas sim de acordo com os interesses dos proprietários dos meios de produção, da terra, a despeito dos conhecimentos e dos saberes. Por isso, passei a considerar que o Planejador Urbano e Ambiental deve ficar atento para identificar quem e como estão fazendo uso do seu trabalho e do seu conhecimento. Em outras palavras, para quem e para que está servindo a Geografia e o Planejamento Urbano e Ambiental?

O aumento das preocupações, na maior parte do globo terrestre, sobre o esgotamento dos recursos naturais e a inquietude gerada nas populações, a respeito do futuro do planeta, tem exigido dos pesquisadores e planejadores uma produção técnica e científica mais voltada para as inter-relações da sociedade com os demais componentes da natureza, conforme se refere **RODRIGUEZ (1984)¹⁸**. Ressalta o pesquisador que a Geografia e o Planejamento não devem ficar restritos à análise crítica da realidade, mas

¹⁸ **RODRIGUEZ, J.M.Mateo (1984)**- Apuntes de geografía de los paisajes. Habana, Universidad de La Habana.

devem se dedicar à apresentação de soluções para os graves problemas enfrentados pelas sociedades, especialmente pelos setores populares.

Se de um lado é importante ao pesquisador compreender as leis da natureza para conviver de maneira correta (ENGELS, 1976)¹⁹, de outro é indispensável reconhecer o caráter político dos distúrbios e conflitos das atividades produtivas do homem nos demais componentes da natureza. Apesar dos problemas da erosão serem conhecidos em todas as partes do globo terrestre, muitos dos quais, advindos de causas estritamente naturais, contudo, onde se situa a ganância do imediatismo nos processos de superexploração dos chamados “*recursos naturais*”, há o incentivo para a apropriação privada das riquezas, sem levar em conta ou reduzir os impactos produzidos.

Na tentativa de sustentar as concepções que reconhecem esse caráter transformador das realidades, procurei integrar na tese de doutorado o aprofundamento vertical nos estudos dos processos geomorfológicos, ligados aos ravinamentos do tipo voçorocas, como a análise da horizontalidade que identifica situações sócio-econômicas responsáveis pela utilização e construção desses espaços geográficos. Embora não sendo satisfatória a experiência realizada, contudo, foi indispensável para reorganizar o estado de crise em que me encontrava como pesquisador da Geografia, abordando temas do Planejamento Municipal e Ambiental.

Foram consideradas as sugestões de AB’SÁBER (1968)²⁰ que abordou as voçorocas de Franca no Estado de São Paulo e considerou que elas deveriam ser estabilizadas com a implantação de parque florestado, com a área sendo destinada para lazer e melhoria da qualidade de vida das populações locais e regionais. A tese representou um divisor de águas em minha produção acadêmica. A partir dela e das leituras que realizei no período, pude reconhecer que minha vida profissional estaria voltada para o projeto que explicito na página de abertura da tese, ou seja:

“Animais e plantas que estamos acostumados a considerar como produtos da natureza são, em sua forma presente, não somente produtos do trabalho do último ano, mas o resultado de uma transformação gradual, continuada através de muitas gerações sob a direção do homem e por meio do seu trabalho...” K. MARX – Volume 1 de O Capital.

Com o doutorado pude compreender melhor o fato de que as voçorocas em relevos quase desnudos de cobertura vegetal, no município

¹⁹ ENGELS, F. (1976) – A dialética da natureza. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

²⁰ AB’SÁBER, A. N. (1968) As Voçorocas de Franca. Revista da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Franca. 1(2), Franca.

de São Carlos, observadas em seus processos evolutivos, tinham nítida relação com: a construção da cidade que produziu parcelamento dos solos; escoamento de águas pluviais, concentrado para as áreas onde se desenvolveram; as atividades agrícolas, onde as curvas de nível retiravam as águas da propriedade que plantava algodão, mas as lançava nas terras do vizinho; a implantação da rodovia e suas relações com os proprietários rurais lindeiros, que remetiam as águas pluviais para o leito carroçável e que, posteriormente, concentradas, adentravam as propriedades da baixa e da média vertentes. Ou seja, mesmo que as condições de declividade das vertentes, a composição dos solos arenosos e os substratos litológicos fossem favoráveis para a formação das voçorocas, os processos erosivos foram muito acelerados pelas intervenções da sociedade.

Em 1987, a Professora Doutora Beatriz Soares Pontes realizava um trabalho interessante de apoio a autoridades ambientais de Rio Claro e Região. Procurava entender e oferecer o peso do saber da UNESP para que a sociedade pudesse se defender das depredações ambientais. Ocorre que havia necessidade de serem elaborados laudos periciais voltados para a área dos trabalhos e pesquisas que abordassem solos, relevo, vegetação e rede de drenagem. A partir desse contato da Professora Beatriz, o Departamento de Planejamento Regional passou a realizar trabalhos nessa direção, com a responsabilidade de elaborar laudos periciais em depredações ambientais.

2.5) Laudos Periciais em Depredações Ambientais como Atividade de Ensino, Pesquisa e Prestação de Serviços à Comunidade

Em 1987, o primeiro tema que abordei foi o caso de um proprietário rural que estava acelerando o rompimento de um meandro fluvial, com a intenção de diminuir distâncias e percurso de locomoção por barco. Na prática, o sitiante, com tal procedimento, diminuía a área da propriedade de seu vizinho, aumentando a extensão de seu território. Ocorre que os limites entre as propriedades se davam exatamente no meandro do canal fluvial. Com o laudo pericial que elaborei, houve possibilidades de que a Polícia Ambiental, na época chamada de Polícia Florestal, responsabilizasse o infrator, resguardando o interesse do produtor familiar que estava sendo prejudicado. Naquele ano, antes da Promulgação da Constituição Federal de 1988, cabia à Polícia Florestal, no Estado de São Paulo, o trabalho cartorial de promover e instruir as ações judiciais em depredações ambientais. Em seguida, com a nova Constituição, essas tarefas foram transferidas para as Curadorias do Meio Ambiente, constituídas por representantes do Ministério Público.

A partir desse documento, nos seguidos dez (10) anos, realizamos cerca de cento e cinquenta (150) laudos periciais. A maioria desses trabalhos chocou-se com grandes interesses econômicos. Em muitos casos sofremos represálias, mas concluímos que os depredadores ambientais possuem nome, endereço, documento de identidade e quase sempre CGC. Os agentes causadores das maiores depredações ambientais não são anônimos, às vezes são, sim, *sociedades anônimas* (S.A.).

Nessa experiência, formamos um Grupo de Trabalho voltado para a preparação de laudos periciais. Os estudantes dos Cursos de Geografia e de Ecologia tornaram-se os principais participantes da equipe. Um ponto importante para a crescente melhora na qualidade dos laudos foi a inclusão de profissionais de variadas formações acadêmicas, com a integração e interdisciplinaridade das ações. Com isso foram ministrados cursos em diversas universidades brasileiras, abordando o tema: Londrina²¹, Porto Velho, Rio Branco, Maceió, Presidente Prudente, Porto Alegre, Florianópolis, Vitória, Cuiabá e mesmo em Montevideu, no Uruguai. Diversos laudos periciais foram apresentados em congressos científicos e profissionais, especialmente organizados pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). **Diversos alunos tiveram oportunidade de realizar seus trabalhos de graduação, conclusão de curso, bem como estágios de iniciação científica e mesmo de especialização, através das experiências vivenciadas nesta equipe de trabalho.** São aproximadamente duas dezenas de alunos que elaboraram suas monografias de especialização, sob minha orientação.

Não alimentamos a ilusão de que os laudos periciais resolveriam os problemas ambientais contemporâneos. Esses trabalhos puderam se constituir em importante instrumento de estimulação para a organização de entidades voltadas para os movimentos populares que desejavam o desenvolvimento de novas formas nas inter-relações da sociedade com os demais componentes da natureza construída socialmente.

Ao se passarem dez (10) anos destas atividades pude coordenar a publicação de um livro²² que contou com trinta (30) autores de textos. São autores inerentes aos quadros funcionais de universidades brasileiras e estrangeira, estudantes envolvidos em programas de pós-graduação, bem como pessoas vinculadas ao movimento popular. Por aglutinar tantas

²¹ Na **Universidade Estadual de Londrina (UEL)**, ofereci o primeiro curso de preparação para a elaboração de laudos periciais em depredações ambientais, no Núcleo de Estudos de Meio Ambiente (NUMA), sob coordenação da Professora Nilza Aparecida Freres, com participação do Professor Francisco Mendonça.

²² **MAURO, C. A. DE (1997)** Laudos Periciais em Depredações Ambientais. Laboratório de Planejamento Regional. DPR. IGCE. UNESP.Fundunesp. FNMA.Rio Claro.

pessoas em torno do interesse de preparar a sociedade para enfrentar suas querelas urbanas e ambientais, resultantes dos tipos de planejamentos vigentes, entendemos que, neste aspecto, a elaboração de laudos periciais abriu novas formas de atuação, até então pouco exploradas pelos geógrafos, pelo menos no Estado de São Paulo.

Incluí esta abordagem dos laudos periciais em um item destinado às Geografias praticadas no mestrado e no doutorado, tendo em vista que a experiência vivida no Projeto Radam e Projeto Radambrasil, com interpretação de imagens de radar, foi tão importante para o mestrado quanto os laudos periciais em depredações ambientais, para a reformulação de meus olhares para a Geografia na fase de envolvimento com a tese do doutorado.

3.0) – Engajamento Acadêmico: Ensino, Pesquisa, Administração e Extensão de Serviços à Comunidade

3.1) Relação Ensino e Pesquisa na Graduação com Extensão de Serviços

Toda a pesquisa desenvolvida durante os anos de trabalho na UNESP considerou a importância do envolvimento formador de alunos de graduação e da pós-graduação.

Assim foram formados grupos de trabalho, com aproveitamento de monitores e estagiários, para aprender e ensinar nas atividades didáticas e pedagógicas. Com esta perspectiva, os alunos dos cursos de graduação eram incentivados a desenvolver suas pesquisas individuais e/ou em grupos, participando sempre que possível dos eventos profissionais promovidos por associações de classes e/o entidades científicas. Durante a realização desses trabalhos em atividades dos Cursos de Graduação em Geografia, Ecologia e Geologia, fui atendido pelo CNPq desde o ano de 1983 com Bolsa de Pesquisa (PQ) até que houvesse a contemplação por Bolsa de Doutorado. Em 1991 novamente o CNPQ me contemplou com Bolsa de Pesquisa, neste caso, encerrada em 1996 com minha candidatura à Prefeitura Municipal de Rio Claro²³.

Tendo em vista os mapeamentos efetuados com base em imagens de radar, no Projeto Radam e Projeto Radambrasil e a classificação das formas de relevo em níveis de dissecação dos interflúvios, buscaram-se novas

²³ CNPq. Os documentos que identificam o Protocolo CNPq- 150 de nº 30 1965 – 82 emitido em 21 de junho de 1983, e o Processo nº 301115/86-GL com ofício datado de 10 de março de 1987 são dois exemplos da continuidade das Bolsas de Pesquisa.

metodologias que permitissem um melhor processo de identificação dessas formas de relevo. Após uma atividade realizada em Cuba tomei contato com a obra do pesquisador russo **SPIRIDONOV**²⁴. Traduzi para o português o texto publicado em espanhol pela Universidade de Havana, e com isso passamos a utilizar na disciplina Geomorfologia essa forma de identificar os níveis da dissecação do relevo. Com um ábaco passamos a delimitar o tamanho dos interflúvios, ou seja, as distâncias desde os topos até os fundos dos vales, registrando a dissecação horizontal do relevo. Ainda nas cartas topográficas, também com ábaco, passamos a registrar os desníveis topográficos, caracterizando as dissecações verticais. Com a sobreposição dessas cartas, mais as cartas de declividade e as delimitações das áreas de preservação permanente, definidas pelas legislações brasileiras, passamos a fazer, numa perspectiva de planejamento ambiental nas Cartas de Potencialidades do Relevo. Claro que estas informações eram analisadas à luz dos dados de solos, geologia, climatologia e uso do solo. Tratou-se de uma inovação tecnológica, incluída nos cursos de Graduação da UNESP de Rio Claro, utilizada especialmente no curso de Geografia, na disciplina Geomorfologia.

Para estimular as atividades de Planejamento Ambiental Municipal, esses mapas servem de base para escolha de áreas que apresentam potencial de relevo com destinação à instalação de aterros sanitários, aquelas que precisam ser cultivadas com maiores cuidados, evitando-se a ação dos processos erosivos, entre outros usos possíveis. Também servem para levantamento de áreas que precisam receber “*revegetação*”, tendo em vista a necessidade de realimentação dos lençóis de águas subterrâneas e sub-subterrâneas.

Com essa metodologia, foram realizados diversos trabalhos em municípios, sendo que os produtos realizados serviram de material para aprendizagem dos discentes e oferecidos para as Prefeituras Municipais. Um desses casos foi apresentado no IV Simpósio de Geografia Física Aplicada, realizado em Porto Alegre, sob auspícios do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1991). Nas Sessões Técnicas foi apresentado o trabalho, também publicado com o título: *A Atuação do Geógrafo nas Questões Ambientais: o Exemplo Aplicado em Planejamento Ambiental de Cosmópolis-SP*²⁵. A publicação tem autoria de alunos do Curso de Geografia e estagiários do CNPq, mas

²⁴ **SPIRODONOV, A.I.(1981)** Principios de la Metodologia de los investigaciones de campo y del mapeo geomorfológico, 3 Tomos. Universidad de la Habana. Habana..

²⁵ **RUSSO, I. L; BOVO, R. & MAURO, C. A. de (1991)** – A Atuação do Geógrafo nas Questões Ambientais: o Exemplo do Estudo Aplicado ao Planejamento Ambiental de Cosmópolis-SP. In: ANAIS. V. 1. Sessões Técnicas. IV Simpósio de Geografia Física Aplicada. Departamento de Geografia. UFRGS. Porto Alegre.

contou com a participação em todas as etapas de campo e das discussões dos alunos da disciplina Geomorfologia, ministrada para o Curso de Geografia, nos anos de 1989 e 1990.

Na Universidad de La República em Montevideu, o oferecimento de uma disciplina concentrada no Curso de Graduação em Geografia, resultou em publicações importantes²⁶. Um desses trabalhos ofereceu uma Proposta Para Implantação de Aterro Sanitário e Coleta Seletiva de Lixo no Departamento de Rocha – Uruguai²⁷. As participações de oito (8) alunos do Curso de Graduação em Geografia na elaboração desses trabalhos representaram a melhoria significativa na qualidade da formação dos referidos estudantes.

Esta forma de trabalhar permite que muitos alunos se envolvam em problemas concretos que dizem respeito aos processos de aprendizagem, ajudando-os a se capacitarem profissionalmente e ampliando seus horizontes de atuação cidadã. Os trabalhos de campo envolvendo os alunos da Graduação tinham como objeto os Compartimentos Geomorfológicos do Estado de São Paulo, incluindo a Baixada Santista, a Serra do Mar, a Serra da Mantiqueira, o “Graben” do Vale do Paraíba. O Planalto Paulistano com a Bacia Sedimentar de São Paulo, as Serranias de Serra Negra e Lindóia, a Depressão Periférica Paulista, as “Cuestas” Basálticas e com seus Patamares Estratigráficos e o Planalto Ocidental Paulista. Esses Compartimentos foram reconhecidos em todos os anos pelos alunos do Curso de Geografia, atentando para os processos Morfoclimáticos e para os Domínios Morfoestruturais, bem como as formas de produção nesses espaços, pelas relações sociais e econômicas. Nos detalhes, eram abordados os temas urbanos de cada uma dessas configurações topo-morfológicas.

Igual perspectiva, incluindo trabalhos de campo, mapeamentos, apresentação de planos com cronogramas de execução, permitiram que muitos alunos dos cursos de graduação participassem da elaboração de laudos periciais em depredações ambientais, servindo de treinamento para adequação metodológica e estabelecimento de roteiros para esses documentos. À medida que os trabalhos se realizavam, eram identificadas as falhas existentes e a necessidade de inclusão de novos tópicos nas abordagens. Cada vez mais os documentos eram enriquecidos com

²⁶ MAURO, C. A. de e outros (1994) – Geomorfologia Ambiental: Alguns Conceitos e um Roteiro de Trabalho. Revista GEOSUL n° 17. Programa de Pós Graduação em Geografia. Departamento de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

²⁷ Está nítida nessa atuação a vinculação estabelecida entre a docência e formação dos alunos da Universidad de La República, a pesquisa de campo para abertura de novas áreas de atuação no planejamento ambiental e urbano, com participação de geógrafos, bem como os resultados positivos oferecidos para as comunidades locais, via extensão dos serviços universitários.

fotografias, gráficos, identificações e cálculos que permitissem às decisões judiciais estabelecerem custos para a recuperação das áreas degradadas.

Este conjunto de ações pedagógicas constituiu uma base para a abordagem da teoria que precisaria ser apreendida pelos graduandos. Também serviram para me instrumentalizar, tendo em vista as diversas discussões sobre o Currículo do Curso de Geografia, enquanto eu estive sem sua coordenação²⁸. É preciso esclarecer que a Coordenação do Curso de Graduação em Geografia sempre se constituiu em espaço de disputa política envolvendo os Departamentos que ministram as aulas. As disputas, travestidas de interesses geográficos, em verdade tinham nítida conotação ideológica, de dominação, especialmente pelo fato de que alguns docentes vinculados ao Departamento de Geografia, que pelo nome, se sentiam responsáveis pela preservação da “pureza” do Curso e o Departamento de Planejamento Regional²⁹ que emergia. Foram muitos anos de trabalho difícil, mas de debates.

O fato de que muitos alunos do Curso de Geografia eram licenciandos orientou para que os trabalhos técnicos tivessem a preocupação de estimular a preparação de material didático. Assim é que em setembro de 1993 foi preparada a publicação interna do Laboratório de Planejamento Municipal³⁰ com a pretensão de orientar que esse mesmo trabalho fosse realizado nos lugares onde se dariam as missões pedagógicas desses futuros professores. Ainda que sob a ótica da Geomorfologia, a publicação interna tratava da Localização Geográfica do Município de Rio Claro, as relações da Habitação, Saneamento Básico, Áreas Protegidas por Leis, Atividades Produtivas, com os demais componentes da Natureza. Esta publicação interna teve a participação de alunos da Graduação em Geografia (licenciatura e bacharelado).

3.2) Relação Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços na Pós-Graduação

O vínculo entre o Ensino e a Pesquisa, nos Cursos de Pós-Graduação, constitui para mim uma relação absoluta. O mesmo poderá

²⁸ A Portaria IGCE nº 63/93 de 02 de setembro dispõe sobre a composição do Conselho do Curso de Graduação de Geografia da UNESP, Campus de Rio Claro. Os membros do Conselho de Curso elegem seu Coordenador, neste caso, tendo recaído sobre mim tal responsabilidade.

²⁹ A Portaria IGCE nº 37/91 de 16 de julho – Dispõe sobre a composição do Conselho do Departamento de Planejamento Regional. Durante todos os anos em que trabalhei neste Departamento fiz parte de seu Conselho. Devo destacar que os Conselhos de Departamento não se constituíam em uma Assembléia com presença de todos os docentes. Era um processo representativo com indicação dos representantes de todas e cada uma das categorias docentes.

³⁰ RUSSO, I. L.; BOVO, R. & MAURO, C. A. de (1993) – Caderno Ambiental de Rio Claro. Publicação Interna do Laboratório de Planejamento Municipal. DPR/IGCE. UNESP. Rio Claro

acontecer, como procurarei demonstrar, com a extensão de serviços à comunidade.

Devemos destacar que no ano de 1985, sob coordenação do Professor Antonio Christofolletti, foi realizado em Rio Claro o I Simpósio de Geografia Física Aplicada. Quando em 1984 propus ao Professor Christofolletti a realização desse Simpósio, havia uma cisão entre os chamados Geógrafos Físicos e Geógrafos Humanos, na Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). A radicalização da situação criava diversas dificuldades para o entendimento sobre a produção científica em Geografia. O professor Christofolletti ficou preocupado em aceitar minha sugestão. Pediu alguns dias para pensar, mas depois acabou aceitando a idéia. Imediatamente nos pusemos a trabalhar para garantir o sucesso do Simpósio, que atualmente é muito prestigiado pelos Geógrafos. No ano de 2005 foi realizado sob coordenação de Professores da Universidade de São Paulo, como promoção da AGB. Portanto, o Simpósio foi incorporado pela comunidade geográfica brasileira.

Em minha concepção, este projeto deveria se constituir em um importante local para o diálogo sobre a produção técnica e científica em “Geografia Física”, com seu caráter de integração e verificação do envolvimento ideológico e político. Ora, durante o período em que perdurava o golpe militar no Brasil, muitos Geógrafos produziam Climatologia, Geomorfologia, Pedologia, Biogeografia, entre outros ramos, para poderem expressar sua ciência, sem riscos de perseguição político-ideológica. A partir da necessidade de demonstrar o que estavam fazendo, caberia aos Geógrafos se exporem, apresentando o envolvimento com o Planejamento e, obrigatoriamente, dizendo com qual metodologia tinham identificação. Neste aspecto, o Simpósio de Geografia Física Aplicada tem cumprido suas funções. Tenho a opinião de que, dentro de algum tempo, este Simpósio poderá encerrar ou modificar suas características atuais, reconhecendo que não podemos fortalecer a dicotomia (Física-Humana).

Com o envolvimento, cada vez mais profundo, de minhas atividades da pesquisa e da docência, com o Planejamento Ambiental Regional e dos Municípios, resolvi propor uma disciplina nas Áreas de Concentração em Organização do Espaço (Geografia) e Geociências e Meio Ambiente (Geologia), dos cursos de pós-graduação senso estrito, da Universidade Estadual Paulista (UNESP). A denominação da **disciplina** demonstrava o grau de envolvimento com a questão municipal: **Meio Ambiente Urbano**.

Os alunos que nos Cursos de Graduação em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) se dedicaram aos trabalhos de monitoria, estágios de

especialização, também se dirigiram para a pós-graduação. Assim é que as experiências sobre o tratamento dos resíduos sólidos urbanos, a água, combate à erosão urbana, recuperação de áreas degradadas pelas atividades de mineração, foram alguns dos temas aprofundados em mestrado. O Planejamento Ambiental, com uma visão da geoecologia das paisagens³¹, também se constituiu em tema de pesquisa e dissertação de mestrado. Essa publicação foi elaborada por dois (2) Professores da UNESP e da Universidad de La Habana^{32 33}, cinco (5) alunos do curso de pós-graduação e contou com trabalhos de campo envolvendo vinte (20) alunos.

Ainda em 1995 foi apresentada a Coletânea n° 4, sob minha coordenação, denominada Planejamento Ambiental Municipal³⁴, publicação interna do Laboratório de Planejamento Municipal do Departamento de Planejamento Regional da UNESP. Nesta Coletânea foram apresentadas as bases teóricas e algumas técnicas de trabalho que fundamentaram durante anos o meu trabalho de pesquisa e docência nos cursos de pós-graduação, como conseqüência, nos cursos de graduação. Devo destacar que minhas parcerias com o arquiteto Professor Doutor Pompeu Figueiredo de Carvalho, com o médico Professor Doutor José Luiz Riani Costa, com os geógrafos Professores Doutores José Manuel Mateo Rodriguez e Arturo Rua de Cabo da Universidad de La Habana, foram decisivas para a escolha de minha trajetória para expressão do saber geográfico. Nessa publicação também estão alguns trabalhos realizados com alunos dos cursos de pós-graduação e com diferentes profissionais que atuam em movimentos populares e entidades organizadas no âmbito da sociedade civil.

Uma das primeiras experiências vividas na UNESP de Rio Claro, destinada ao atendimento da terceira idade, foi promovida pelo Laboratório de Planejamento Municipal, sob minha coordenação. Com participação de nove (9) Professores e quatro (4) alunos da Graduação em Geografia preparamos um Curso denominado: Vamos Conhecer Rio Claro. No ano de

³¹ **MATEO RODRIGUEZ, J. M.; MAURO, C. A. de e outros (1995)** Análise da Paisagem como base para uma estratégia de organização geoambiental: Corumbataí (SP). GEOGRAFIA. Vol. 20 (1): abril de 1995. Rio Claro.

³² **A FAPESP** aprovou o Projeto, os Relatórios e Prestações de contas do Acordo de Cooperação realizado entre o Departamento de Planejamento Regional da UNESP de Rio Claro e Universidad de La Habana de Cuba, com visitas recíprocas de professores nas duas Universidades. Este Projeto foi desenvolvido sob minha coordenação e responsabilidade, em um momento em que as Relações do Brasil e Cuba estavam em processo de construção. Tratou-se, portanto, de um projeto pioneiro, nessas relações internacionais.

³³ **A FAPESP** com documentos de n.ºs. D.A.- Aud. N° 623/91; Of. 5382/92; D.A./ Aud. N°954/93 e D.A/Aud. N° 93/4494-2 deu os específicos “Títulos de Quitação” dos projetos desenvolvidos sob minha coordenação, com participação dos docentes da Universidade de La Habana e UNESP de Rio Claro.

³⁴ **MAURO, C. A. de (1995) coordenador** - Planejamento Ambiental Municipal. Coletânea 004. Publicação Interna do Laboratório de Planejamento Municipal. DPR/IGCE/ UNESP. Rio Claro.

1993, através desse curso, os bancos da Universidade se abriram para as pessoas da 3ª. Idade, com uma intensa programação de aulas e percursos de campo. Os temas abordados³⁵ incluíam a história do povoamento de Rio Claro, o trabalho de sua população, suas relações com a saúde, com os aspectos sócio-espaciais, com a água, com os resíduos sólidos, com o lançamento “in natura” dos esgotos. Temas que verificamos não eram conhecidos por grande parte da população local, representada por pessoas que viveram durante muitos anos na cidade.

A característica de trabalhar em grupo, com inclusão de alunos dos cursos de graduação e da pós-graduação, foi importante para a composição do **Grupo Acadêmico Estado, Natureza e Sociedade**³⁶, no âmbito do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, sob Coordenação da Professora Doutora Beatriz Maria Soares Pontes. Grupo que produziu diversos trabalhos, entre os quais um que foi apresentado no Simpósio de Geografia Urbana (1991)³⁷, que apresentei em co-autoria com a Professora Beatriz. Com a opção da professora Beatriz em trabalhar na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal, o Grupo ganhou outras características e decidi colaborar na formação do Laboratório de Planejamento Municipal.

Em conjunto com o Arquiteto e Professor Pompeu Figueiredo de Carvalho, e contando com a participação do Historiador Natural e Professor José Humberto Barcelos, e do Médico e Professor José Luiz Riani Costa, mas principalmente com diversos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da UNESP de Rio Claro, formou-se o **Laboratório de Planejamento Municipal**³⁸. Fui vice-coordenador do Laboratório, desde sua formação em 1991³⁹ até o ano de 1996.

³⁵ MAURO, C.A. de (1993) – coordenador - Tópicos Ambientais de Rio Claro: Vamos Conhecer Rio Claro. Publicação Interna do Laboratório de Planejamento Municipal. Departamento de Planejamento Regional. IGCE/UNESP. Rio Claro.

³⁶ O Grupos Acadêmico “Estado, Natureza e Sociedade”, coordenado pela Professora Beatriz Maria Soares Pontes, era composto pelos professores Silvio Carlos Bray, Cláudio Antonio de Mauro, Miguel Cezar Sanches, Élson Luciano Silva Pires e Samira Peduti Kahil, todos do Departmaneto de Planejamento Regional, e ainda os professores Aldomar Arnaldo Ruckert (Universidade de Passo Fundo), Darlene Aparecida Testa (Insitituto de Pesquisas Tecnológicas) e Gersonete Sotero da Cunha (Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

³⁷ MAURO, C. A. de & PONTES, B.M.S. (1991) – Aspectos do Meio Ambiente Urbano. In II Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Repensando a Cidade e o Urbano. 21 a 25 de outubro. AGB/USP/UNESP. Rio Claro.

³⁸ Desde sua formação, o Laboratório de Planejamento Municipal se dedicou à pesquisa, estágios de alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. Contudo, sua inserção na vida de Rio Claro foi muito importante. Em 1994 e 1995, a partir do Laboratório, formou-se em Rio Claro, com reuniões na UNESP, um grupo de trabalho que foi cognominado de Movimento Pró-Cidadania. Participavam desse Movimento docentes e estudantes da UNESP, representantes de entidades sindicais, de representação profissional, como Ordem dos Advogados do Brasil, representantes de organizações populares. O Movimento Pró-Cidadania se dedicou a alguns temas específicos, entre eles: 1) a tentativa da Prefeitura Municipal em oferecer o Departamento Autônomo de Águas e Esgotos como concessão para a iniciativa

Com a minha candidatura e posterior eleição em 1996 para exercer o cargo de prefeito de Rio Claro, e com a reeleição em 2000, passei a aproveitar a estrutura da Prefeitura Municipal para oferecer a disciplina Meio Ambiente Urbano. Assim os profissionais da Prefeitura⁴⁰ nas áreas de Saneamento Ambiental (água, esgoto e lixo), Planejamento e Meio Ambiente, Turismo, Habitação, passaram a oferecer material didático e experiências que serviam para garantir a boa qualidade das aulas e das observações de campo que deveriam ser apreendidas pelos pós-graduandos. Pela legislação brasileira, os ocupantes de cargos do Poder Executivo (Prefeitos, Governadores e Presidente da República) não podem ministrar aulas regulares. Com isso passei a fazer palestras e ministrar seminários como forma de compensar e colaborar com os cursos nos quais mantinha vínculos. Também tive oportunidade de oferecer estágio para estudantes de Geografia em diversas áreas de atuação da Prefeitura, principalmente naquelas onde os cargos de confiança (comissionados) eram preenchidos por geógrafos, geralmente vinculados à UNESP. As publicações mais recentes por parte de profissionais da área geográfica tiveram importância para o avanço das formulações práticas experimentadas em Rio Claro, nesse aspecto devo destacar as produções de **MENDONÇA (1993)**⁴¹, **SUERTEGARAY; BASSO; VERDUM (2000)**⁴², **MROZ (2002)**⁴³, **CUNHA; GUERRA (2003)**⁴⁴, **RODRIGUEZ; SILVA; CAVALCANTI (2004)**⁴⁵ e **SILVA; GALENO (2004)**⁴⁶, entre tantos outros que mereceriam citações. Para o caso do Rio Grande do norte, a tese de doutorado do Professor Doutor Elias Nunes, abordando temas ambientais municipais e regionais, é de significativa importância.

privada; 2) os sucessivos e “escorchantes” aumentos dos impostos municipais; 3) a transformação dos serviços públicos de saúde em uma Fundação. Também se debateu a situação da Previdência Social. As adesões da cidadania local foram de grande monta, o que deu vitalidade ao Movimento que se constituiu num referencial importante para a comunidade. Desta forma o Laboratório de Planejamento Municipal passou a exercer um papel de grande importância nas decisões de planejamento no Município.

³⁹ **A Portaria IGCE nº 007 de 1991 de 27 de fevereiro de 1991, “dispõe sobre a indicação do coordenador e vice-coordenador do Laboratório de Planejamento Municipal”.**

⁴⁰ **MAURO, C. A. de (2003) coordenador-** Disciplina: Meio Ambiente Urbano. Material em Meio Eletrônico (CD). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área Análise da Informação Espacial: Organização do Espaço. IGCE. UNESP. Rio Claro.

⁴¹ **MENDONÇA, F. A. (1993)** Geografia e Meio Ambiente. Contexto. São Paulo.

⁴² **SUERTEGARAY, D.M.A.; BASSO, L.A.; VERDUM, R (organizadores, 2000)** Ambiente e Lugar no Urbano. A Grande Porto Alegre. Editora da UFRGS. Porto Alegre.

⁴³ **MROZ, M.A (2002)** Um olhar ecológico sobre o terceiro milênio: o Partido Verde e o mundo que queremos. Edição do Autor, São Paulo.

⁴⁴ **CUNHA, S.B. ; GUERRA, A.J.T. (organizadores, 2003)** A questão ambiental: diferentes abordagens. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

⁴⁵ **RODRIGUEZ, J.M.M., SILVA, E.V.; CAVALCANTI, A.P.B. (2004)** Geoecologia das Paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental. Editora da UFC. Fortaleza.

⁴⁶ **SILVA, A.A.D. ; GALENO, A (organizadores, 2004)** Geografia: ciência do complexus: ensaios interdisciplinares. Sulina. Porto Alegre.

As experiências, apresentadas neste Memorial, de forma discursiva e circunstanciada das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a conseqüente produção científica, demonstram os meus vínculos, estreitamente estabelecidos com o Planejamento Urbano e Ambiental objeto do presente Concurso Público. Para explicitar com maior clareza estas relações, abordarei na seqüência as atividades desenvolvidas em 8 anos de Gestão do Município de Rio Claro. As responsabilidades como Prefeito deste Município me atribuíram a coordenação técnico-administrativa e política dos trabalhos, desde o planejamento até a execução e avaliação de cada tarefa, obra e ação.

4.0) A Experiência Prática do Planejamento Urbano e Ambiental: A Prefeitura de Rio Claro

As Geografias de minha trajetória como técnico e acadêmico, bem como as possibilidades que elas me ofereceram para desdobramentos da consciência de classe e cidadania, constituíram-se nos mais importantes instrumentos de minhas ações como Gestor Público. Assim é que, nas primeiras reuniões para decidir sobre minha candidatura a Prefeito, consideramos alguns pontos de partida, ou seja, de princípios:

- 1) a boa ética com honestidade, no tratamento das coisas públicas e das relações do público com o privado;
- 2) o planejamento da participação social, como instrumento indispensável da prática político-administrativa, estimulando o desenvolvimento de uma Nova Democracia;
- 3) a administração pública como um instrumento de inclusão social e distribuição das riquezas, a partir do estabelecimento de suas prioridades;
- 4) o reconhecimento de que o município não é uma ilha, não está insulado e deve se integrar com a região.

Assumir os encargos e o cargo de Prefeito me permitiu formar uma boa equipe de trabalho, com identidade político-ideológica, colocando em prática toda a concepção científica desenvolvida na Universidade como Geógrafo e Planejador. Talvez esta tenha sido a principal possibilidade de concretizar as experiências construídas ao longo de minha vida. Havia possibilidade de “*desconstruir*” alguns mitos e alguns “*fetiches*” sobre as políticas públicas, elaborados em nossas experiências acadêmicas⁴⁷.

⁴⁷ FERREIRA GULLAR in GRAMSCIA. (2005) - Cartas do Cárcere, v. 1: 1926-1930. Tradução Luiz Sérgio Henriques; organizadores Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. O poeta Ferreira Gullar afirma que Gramsci em seu propósito transformador e revolucionário, buscou juntar a “...reflexão filosófica à ação política e torná-la instrumento clarificador, organizador e questionador da prática social.”

Enfrentar a realidade concreta das decisões e das ações conseqüentes, se transformou no grande desafio para os próximos anos de minha vida e de muitos colegas e companheiros com os quais trabalhei na UNESP e que foram para a Prefeitura de Rio Claro, colocar em prática as “*nossas teorias*”⁴⁸. Fizemos reuniões semanais, sob minha coordenação e com toda a equipe de trabalho comissionada. Discussão de assuntos cruciais e comuns, uniformização de procedimentos e das linguagens, foram ações indispensáveis para selecionar quem deveria continuar na equipe e/ou quem deveria ficar à margem, pelo caminho. O primeiro princípio, voltado à ética e a honestidade, foi necessário considerar-se, diante da complexidade da situação que precedia nosso governo de Rio Claro. Minha compreensão é de que esses princípios nem precisam ser referidos, devem ser o fulcro e a obrigação de toda e qualquer ação. Contudo, a cidadania de Rio Claro pedia que houvesse tais referências. Em um governo constituído de seres humanos (cerca de 4.000 servidores públicos), os erros são conseqüências das ações. Avaliávamos que “*não erra quem não age*”. Ainda assim, constatamos que a não-ação resulta em omissão ou prevaricação. Toda vez em que identifiquei problemas ferindo a ética, foram adotadas providências para demissão por justa causa dos envolvidos ou outra decisão enérgica. **A vigilância tem que ser diuturna.**

4.1) O Projeto de Construção de Uma Nova Democracia

A competência de muitos geógrafos, a exemplo de **Milton SANTOS**⁴⁹, nos chamava para a necessidade de construirmos uma outra globalização. A mundialização vigente, para **Milton SANTOS (1965)**, tem a competição com a roupagem e o fetiche da “qualidade total”, e considera que “*..se instalaram ao mesmo tempo não só as condições de maior lucro possível para os mais fortes, mas também as condições para a maior alienação possível, para todos. Através do espaço, a mundialização, em sua forma perversa, empobrece e aleija.*” Não reconheço a visão neoliberal como manifestação democrática ou projeto de construir a modernidade dentro de princípios democráticos. A democracia no capitalismo é um potente instrumento de dominação (**PARANHOS, 1984**)⁵⁰. Na citação de **Guimarães Rosa** em “**Grande Sertão: Veredas**”,

⁴⁸ O contato com as Obras de **Boventura de Sousa Santos**, iniciando em **Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-modernidade**, publicado pela **Editora Cortez, São Paulo, 1997**, foi de grande importância para o desenvolvimento do projeto político de Rio Claro. O convívio com o autor, nas diversas versões do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, ampliou minha perspectiva de experimentação da teoria na prática.

⁴⁹ **SANTOS, Milton (1965)** a Cidade dos países subdesenvolvidos. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

SANTOS, Milton (1986) Por uma geografia nova 3ª. Ed. Hucitec. São Paulo.

SANTOS, Milton (1993) A urbanização brasileira. Hucitec. São Paulo

⁵⁰ **PARANHOS, A. P. (1984)** Dialética da dominação: dominação ideológica e consciência de classe. Coleção Krisis. Papirus. Campinas.

lê-se... "Ah, tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada... Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia." Na outra globalização, o grande desafio da civilização urbano-industrial é identificar os caminhos da transformação do crescimento econômico, que tem sido dirigido contra a maioria da população, por suas características concentradoras da riqueza, em um modelo de sustentabilidade, baseado no bem-estar humano. Para **RATTNER (2005)**, esses novos caminhos deverão substituir *"...o princípio da competição por empregos, mercados, riquezas e poder – imposto a populações indefesas como condição de sobrevivência – pela cooperação e solidariedade como principais pilares de sustentação."*⁵¹.

O projeto de governo da Frente Rio Claro (**FINA, R. P, 2003**)⁵² tem sua base teórica exposta no relatório que foi denominado Resumo de Atividades, Obras e Serviços que a administração municipal apresentou (**MAURO, 2004**)⁵³ ao final dos dois mandatos (1997 a 2000 e 2001 a 2004). Na passagem do milênio, de 2000 para 2001, ou seja, ao final de meu primeiro mandato, preparamos uma Coletânea Eletrônica, publicada em CD-ROM, que é composta de 24 volumes. No primeiro estão alguns textos de minha autoria, refletindo a concepção dialética, processual, de nosso trabalho. Identificamos, na maioria, profissionais que não faziam parte do Governo para apresentarem seus "olhares" sobre Rio Claro no limiar do milênio (**MAURO, 2003**)⁵⁴. A diversidade das abordagens e dos temas permitiu que ficassem registradas as concepções de governos municipais. O reconhecimento internacional do trabalho desenvolvido em Rio Claro foi expresso pela publicação efetivada sob autoria de **DIAS, R. (2003)**⁵⁵. Esta publicação foi resultado do trabalho de **Yves Cabannes, Coordenador Regional do Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe/UN-HABITAT**, que acompanhou a 3ª. Conferência da Cidade. Esta Conferência, precedida de 120 pré-conferências, contou nas oito (08) plenárias de encerramento com as presenças de 3.500 delegados, preparados para votar 349 propostas. Todas foram votadas.⁵⁶

⁵¹ **RATTNER, H. (2005)** O Resgate da utopia: cultura, política e sociedade. Palas Athena. São Paulo.

⁵² **FINA, R. P. (2003)** As Esquerdas em Rio Claro: das sementes e raízes aos primeiros verdes frutos. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. Rio Claro.

⁵³ **MAURO, C. A. de (2004)** - A Utopia da Práxis. In: Resumo de Atividades, Obras e Serviços. Cláudio Antonio de Mauro (organizador). Publicação Interna da Prefeitura Municipal de Rio Claro. Dezembro de 2004. Rio Claro.

⁵⁴ **MAURO, C. A. de (2003)**, organizador – Coletânea Rio Claro: A Cidade Azul no Limiar do Milênio. Arquivo do Município de Rio Claro. Rio Claro.

⁵⁵ **DIAS, R (2003)** Democracia Participativa em Rio Claro, Brasil. Programa de Gestão Urbana/ UN-HABITAT, Cadernos de Trabalho nº 109. Quito.

⁵⁶ **PREFEITURA DE RIO CLARO (2003)**- Conferência Municipal da Cidade: É tempo de viver Rio Claro. Documento para Plenária Final. Rio Claro.

A construção democrática se tornou, para as esquerdas da América Latina, uma bandeira de lutas que impregna todas as suas demais reivindicações. O que se pretende é levar a democracia participativa para todos os níveis das sociedades, respeitando a autonomia, todos os seus movimentos, transformando o autoritarismo que prevaleceu no passado. Citando LENIN, os cubanos PI, M. & VALDÉS, G (1994)⁵⁷, ratificam que *“...a democracia, levada a prática de modo mais completo e conseqüente que se pode conceber, se converte de democracia burguesa em democracia proletária, de um Estado (...) em algo que já não é propriamente o Estado”*.

O Planejamento Ambiental e Urbano de Rio Claro passou necessariamente por essas concepções, ou seja, nos propusemos a trabalhar pela substituição da natureza capitalista de nossas relações, buscando a natureza eco-socialista, abordada por SANTOS, B. S. (2001)⁵⁸. Contudo, a metodologia do planejamento considerou as centralidades do capitalismo, abordadas por AMIN, S. (2003)⁵⁹, ao dizer que o sistema está submetido à *“...sub-determinação na história, ou seja, o sistema social, portanto também o capitalismo, é histórico, assim que teve um começo e terá um fim. Mas, a natureza do sistema que o irá suceder não está determinada por forças exteriores às decisões da sociedade.”*

A experiência de um geógrafo, proveniente da universidade (UNESP) e planejador à frente da administração municipal de Rio Claro, apesar de todas as limitações objetivas e subjetivas, foi concluída com a aprovação de 67,5% de sua população⁶⁰. Há muito que fazer. Temos muito trabalho para que sejamos dignos da vida e para que possamos contribuir com as ações que transcendam os limites ambientais e sejam acima de tudo libertárias, emancipatórias, fortalecedoras e *“recriadoras”* da cidadania plena.

4.2) A Administração Pública com instrumento de Inclusão Social e Distribuição das Riquezas

⁵⁷ PÍ, M. & VALDÉS, G (1994) El Paradigma Socialista: su perdida autenticidad em América Latina. Editorial de Ciências Sociales. La Habana.

⁵⁸ SANTOS, B. de S. (2001) A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. 3ª. Edição. Cortez. São Paulo

⁵⁹ AMIN, S. (2003) Más allá del capitalismo senil: por um siglo XXIno norteamericano. 1ª. Edição. Paidós. Buenos Aires.

⁶⁰ Em setembro de 2004, às vésperas da conclusão do 2º mandato, o Instituto Toledo Associados apresentou os resultados de sua pesquisa, autorizada pelo Tribunal Eleitoral, na qual considerou os seguintes níveis de classificação: péssimo, ruim, regular para ruim, regular para bom, bom e ótimo, para a Administração Municipal de Cláudio Antonio de Mauro. A somatória de ótimo, bom e regular para bom chegou a 67,5 % e foi publicada pelo Jornal Cidade de Rio Claro. Mesmo assim, a candidata apoiada pelo Prefeito contava com 31,3% das intenções de votos.

Quando assumi a Prefeitura de Rio Claro, sua dívida era de R\$ 102.967.855,98 para um orçamento de R\$ 70.100.000,00, ou seja, a dívida representava 1,46 orçamentos. Nestas condições não havia possibilidades de promover investimentos. Estavam bloqueadas as contas bancárias da Prefeitura nos Bancos Oficiais, onde eram creditados os recursos transferidos da União e do Estado. Não havia como receber ou movimentar os recursos que ficavam retidos para pagamentos de dívidas com a União. As contas atrasadas, com credores procurando o gabinete do Prefeito, impossibilidade de receber e movimentar as contas bancárias, três folhas de pagamento junto aos servidores públicos. Enfim, a realidade que passamos a enfrentar se constituía num verdadeiro caos.

Nessas condições como seria possível implementar a construção de uma Nova Democracia? Como fazer a distribuição de riqueza? Como implementar obras nos bairros habitados pelas populações mais empobrecidas?

Das dificuldades rebrota a solidariedade e inicia-se o processo do planejamento das finanças públicas, buscando a recuperação do município, para então decidir os procedimentos futuros. Ao concluir o segundo mandato, no final de 2004, a Prefeitura de Rio Claro, sem aumentar os impostos municipais, eventualmente, apenas corrigindo os valores, com base na inflação de períodos, chegou ao orçamento anual de R\$ 162.790.000,00 e a dívida foi reduzida para 1,02 orçamentos, ou seja, R\$ 167.415.697,00. Isso implica que nos oito (8) anos de Governo Planejado da Frente Rio Claro, reduzimos a dívida do município em 0,44 orçamento.

Juntamente com a redução do endividamento, foram adquiridos imóveis e bens para o patrimônio do Município. Entre os quais, implantação de duas (2) Estações de Tratamento de Esgotos e a Central de Reservas de Água, que dobrou a capacidade de armazenamento para abastecimento público. No primeiro ano de governo municipal, instalamos cerca de 5.000 ligações de água, fazendo com que 100% da população urbana tenham acesso ao bem público. Com relação a afastamento de esgotos, 99,98% das residências passaram a ser dotadas do serviço. Houve a compra do Centro Administrativo Municipal "*João Fina Sobrinho*", um dos mais importantes e qualificados de todo o interior do Estado de São Paulo – com 70.000 m² de área livre e 14.000 m² de área construída –, adquirido da Elektro, empresa encarregada da distribuição de energia elétrica para boa parte do interior do Estado.

O mesmo caos, encontrado nas finanças públicas, detectei nas políticas sociais. Crianças fora da escola, crianças na rua como pedintes,

falta de atenção básica com a saúde, população desempregada, favelas em consolidação. Em outras palavras, não havia um roteiro para seguir, orientando as políticas públicas de efeito social e de desenvolvimento. Ao concluir o Governo, 34.275 pessoas tinham merenda escolar, com apoio de nutricionistas, num total de 55.000 merendas escolares servidas diariamente. A rede física escolar foi expandida de maneira contundente, com instalação, construção e ampliação de 24 escolas. Ao assumir, o município atendia cerca de 6.000 alunos, em 2004 estávamos com cerca de 17.000 estudantes em escolas municipais. Os cursos de capacitação, os programas de educação continuada, estavam incorporados ao projeto dos educadores. Isto, sem considerar os cerca de 4.000 alunos que praticavam atividades esportivas orientadas, distribuídos nos Pólos Esportivos Municipais, todos acompanhados por equipe especializada. Também, sem considerar os Centros Comunitários, administrados pela prefeitura com professores, assistentes sociais, promovendo a integração e projetos culturais. Em 2004 tínhamos cerca de 800 crianças, nos bairros periféricos, especialmente nos bolsões de pobreza, praticando teatro e música. O conjunto das ações na área da educação e da alfabetização colocou o Município em 3º lugar no Estado em relação aos números das pessoas alfabetizadas.

Rio Claro em 1997 assumiu a Gestão Plena do Sistema Municipal de Saúde, o que permitiu a implantação do Programa de Saúde da Família (Médico da Família), o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) e o Núcleo de Atendimento aos Tóxico-dependentes (NAT). As Unidades Básicas de Saúde passaram a fornecer os medicamentos de uso continuado e um total de 246 itens, para todos os usuários. Os números anuais das consultas médicas, realizadas pelo município de Rio Claro, em 2004 chegaram a aproximadamente 500 mil. Na Santa Casa de Misericórdia foram obtidos recursos do Governo Federal para implantação da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e posteriormente a UTI Neonatal. A cobertura vacinal do município de Rio Claro alcançou os percentuais de 100% e o município foi classificado na **Categoria Melhores**, na aplicação do programa de combate a AIDS. Ao terminar meu governo, faltavam cerca de 30% para conclusão das obras de uma Unidade Avançada no bairro Cervezão, para 20 leitos. Os recursos de acabamento das obras estavam dotados no orçamento de 2005, através do Orçamento Participativo. Também estavam depositados nas contas da Prefeitura cerca de 890 mil reais, destinados pelo Ministério da Saúde para construção do Centro de Especialidades. Todos esses recursos transferidos da União e eventualmente do Estado, antes do governo da Frente Rio Claro, não poderiam ser pleiteados, tendo em vista que a Prefeitura se encontrava

inadimplente. Ente federado inadimplente não é dotado dos documentos indispensáveis para assinatura de convênios com outros entes federados.

Ao concluirmos o Governo da Frente Rio Claro, as favelas tinham sido extintas. Foi iniciado o processo de arborização e implantação de praças e jardins por toda a cidade. Diversas praças novas foram construídas, além da implantação de galerias de águas pluviais, para que posteriormente houvesse a pavimentação, seja com asfalto ou outra modalidade. O Planejamento passou a ser executado pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (SEDEPLAMA), com participação de vários geógrafos e outros profissionais, capazes de trabalhar de forma integrada. Com isso, os parcelamentos dos solos obedeceram a roteiros rígidos, especialmente para a escolha das áreas verdes e áreas de uso institucional. Foi preparado o Código das Águas, que se caracteriza como a Política Municipal de Recursos Hídricos. Houve ajustes no Plano Diretor do Município, enfim, podem ser detectados muitos avanços, entre os quais os Cadastros Imobiliários da Prefeitura que ficaram sob coordenação da SEDEPLAMA. O conjunto das obras na área ambiental permitiu que o Município de Rio Claro recebesse em 2001 o Prêmio de 2º Lugar Estadual em Balanço Ambiental e em 2002 o Prêmio de 1º Lugar no Balanço Ambiental do Estado de São Paulo, promovido pelo Jornal Gazeta Mercantil, com patrocínio da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Os prêmios obtidos no âmbito estadual demonstram o compromisso da minha administração com os temas ambientais, seja através do saneamento básico, da implantação de Praças, Parques e Jardins, arborização urbana, com estudos das espécies arbóreas cientificamente adequadas, controladas por políticas de Planejamento Urbano e Ambiental.

As Políticas de Desenvolvimento do Município exigiram a integração das Secretarias, mais especialmente a SEDEPLAMA, a Secretaria Municipal de Ação Social e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Assim foram formuladas políticas para inclusão de trabalhadores desempregados, através da auto-gestão, gestão coletiva e processos associativos, como as cooperativas. Neste aspecto foram implantadas três novas incubadoras. Antes de nosso governo havia a incubadora de indústrias tradicionais (MAURO, 1998)⁶¹. Contudo, em 2000, durante a administração da Frente Rio Claro, a incubadora, que é associada ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), ganhou o prêmio de Melhor Incubadora de Empresas do Brasil. Com a UNESP e o SEBRAE implantamos, em área da universidade, a Incubadora

⁶¹ MAURO, C. A. de (1998) Desenvolvimento Econômico Local. In: Ciência e Tecnologia: Cidade, Cidadania e Integração. Santiago Martin Gallo (Coordenador). Programa de Capacitação na Área de Política Municipal, Instituto Friederich Naumann. Rede Mercocidades, nº 2. São Paulo.

de Base Tecnológica (INCUNESP). No setor agrícola implantamos a Incubadora de Agronegócios, com todos os recursos financeiros provenientes da Prefeitura. Nesta incubadora, foram incluídos veículos e equipamentos recebidos do Orçamento da União, para ajudar no processo de preparação das áreas de pequenos proprietários rurais. Ainda com apoio do SEBRAE também foi implantada a COOPERVIVA, cooperativa de catadores de recicláveis sólidos, composta por “ex-garimpeiros do lixão da cidade”. Esse “lixão” foi encerrado com a implantação do Aterro para Lixo Doméstico e do Aterro para Lixo Industrial, não “contaminantes”. Em conjunto com a Multibrás (produtora da marca Brastemp) foi implantado em Rio Claro, com ajuda da Prefeitura, a Usina da Limpeza, para formação de cooperativas, especialmente de mulheres que precisam complementar a renda da família ou que possuem a responsabilidade de manter a família, dentro das condições oferecidas pela Parceria Público-Privada (PPP), norteada pelos princípios de que a iniciativa privada deve pagar uma parte da conta para a inclusão social.

Todos estes programas, mais o Programa de Desenvolvimento de Rio Claro (PRODERC), assinado com cerca de 140 empresas, beneficiadas com redução de impostos na medida em que ampliaram seus números de empregos e fizeram investimentos que produzem receitas municipais, fizeram de Rio Claro o Município que mais teve acréscimo de empregos durante diversos anos, especialmente entre 2003 e 2004, ou vejamos:

Rio Claro:	variação de empregos	9,11%
Piracicaba:	variação de empregos	6,66%
Limeira:	variação de empregos	5,13%
Americana:	variação de empregos	4,95%
São José do Rio Preto	variação de empregos	4,94%
São José dos Campos	variação de empregos	4,58%
São Carlos	variação de empregos	4,24%
Araras	variação de empregos	3,97%
Campinas	variação de empregos	3,26%
Marília	variação de empregos	2,51%
Cubatão	variação de empregos	2,19%
Araraquara	variação de empregos	1,74%

Evolução do Emprego nos últimos 12 meses

Mês base junho de 2004

Fonte: MTE. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Lei ° 4923/65

Esse conjunto de ações na área da geração de emprego e renda, incluindo o destaque recebido pelo Banco do Povo, em Rio Claro, deu as

condições para que este Prefeito recebesse, com mais 80 prefeitos do Estado de São Paulo, o Prêmio Prefeito Empreendedor.

Os exemplos aqui apresentados mostram que a Geografia, numa ótica do Planejador, me permitiu experimentar o estabelecimento de prioridades decididas democraticamente com a comunidade e, portanto, produzindo distribuição de riqueza, através de investimentos com obras públicas e serviços.

4.3) O Município não é Insulado: Integração Regional e Internacional

Durante a preparação do meu primeiro governo, no final de 1996, identificamos, em Seminário realizado na UNESP, sob coordenação do Laboratório de Planejamento Municipal, quais seriam as redes nacionais e internacionais das quais Rio Claro deveria participar. Minha presença nessas redes me permitiu uma enorme abertura para o conhecimento e as ações na inter-relação municipal e regional, além das trocas de experiências entre os agentes participantes. Minha visão de Planejamento Ambiental e Municipal ficou ampliada, como não poderia ter acontecido sem a vivência de um geógrafo e planejador na Prefeitura Municipal de Rio Claro, um município médio brasileiro. Portanto, as narrações que se seguem procuram demonstrar como um Professor Universitário exercendo as funções e cargo de Prefeito Municipal possui o enriquecimento em sua formação acadêmica, credenciando e capacitando seu exercício de docência, pesquisa e extensão de serviços à comunidade. As publicações produzidas nos âmbitos das Redes que serão abordadas são qualificadas e produzidas com a experiência prática do exercício dos mandatos, refletindo as bases teóricas construídas na perspectiva do Planejamento e na Gestão Municipal – Urbana – e Ambiental.

4.3.1) Redes Municipalistas do Brasil

Foram identificadas as Redes que permitem associação de prefeitos e municípios, tais como: Associação Paulista dos Municípios (APM); Associação Brasileira de Prefeitos (ABM); Confederação Nacional de Municípios (CNM); Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Entidades que permitem o diálogo entre as autoridades locais, trocas de experiências e de ajuda mútua. Com essas escolhas, foram agregados diversos pontos que reforçaram a as posições de Rio Claro: recebi a incumbência de participar do Conselho Consultivo da APM, da qual recebi o título de Prefeito Municipalista, ficando com a responsabilidade de coordenar diversas mesas redondas e ações da entidade, em seus Congressos Paulistas de Municípios.

Há de nossa parte, obstinação no processo de construção do Poder Local. Em 2004, a Presidência da República⁶² publicou a posição expressa de fortalecimento da Federação e, portanto, dos Municípios.

Através da Frente Nacional de Prefeitos recebi a incumbência de assumir a Diretoria Administrativa da Agência de Cooperação dos Municípios (ACM), coordenando em Rio Claro o Curso para preparação de Projetos em Cooperação Internacional, ministrado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores⁶³. Pela FNP, coordenei a missão para a Região Central da Itália, envolvendo Toscana, Marche e Úmbria, quando o Ministro Gilberto Gil firmou o acordo Internacional com os Governadores das Regiões Italianas, que está produzindo frutos ainda hoje, no Brasil. Através da Agência de Cooperação dos Municípios, assumi a função de Responsável Técnico por contrato com a Caixa Econômica Federal, para desenvolvimento de Projetos no Brasil, dentro do Acordo de Cooperação Brasil-Itália. Participam desse Acordo: Região Brasileira de Araraquara e São Carlos (Região Central do Estado de São Paulo); Região de Santa Maria (Rio Grande do Sul); Região de Juiz de Fora (Minas Gerais); Região da Serra das Confusões (Estado do Piauí). Embora tendo efeitos internacionais, a presença de Rio Claro na Agência de Cooperação dos Municípios (ACM) teve como objetivo a integração com as demais Prefeituras do Brasil, especialmente das grandes cidades e capitais de Estados.

Pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) recebi a incumbência que desempenho até os dias de hoje, de representar a entidade na Comissão Tripartite do Estado de São Paulo, nomeada pela Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente. A Comissão Tripartite é formada por representantes da União, do Estado e dos Municípios. Entre as principais tarefas propostas para esta Comissão está a discussão dos artigos da Constituição Federal (especificamente o artigo 25) e dos Estados que atribuem responsabilidades de gestão de temas ambientais para os municípios brasileiros. Trata-se da efetiva implantação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Este processo inclui a preparação e capacitação de Agentes Públicos e demais cidadãos para a composição dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (ou correlatos),

⁶² **Presidência da República (2004)** Fortalecimento da Federação e dos Municípios: um Desafio do Tamanho do Brasil. Elaborado pela Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais. 2ª. Ed. Brasília.

Esta publicação, em seu título, demonstra a grande confusão existente no Brasil quanto ao funcionamento da Federação, até mesmo pelos órgãos centrais de Governos. Veja-se que, no título do texto, distingue-se o fortalecimento da Federação e dos Municípios, como se estes não fossem parte da Federação.

⁶³ **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – Agência Brasileira de Cooperação (ABC) (2002)** – Curso de Concepção e Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional. Curso em CD-ROM. Agência de Cooperação Municipal (ACM). Rio Claro.

elaboração de legislação específica, dotando os municípios de estrutura administrativa, especificamente voltada para a temática ambiental (ainda que não seja propriamente uma Secretaria).

A participação de Rio Claro nesses organismos ajudou nas escolhas de prioridades para as ações governamentais, bem como contribuiu com as experiências vividas por nosso governo municipal.

4.3.2) Redes de Abordagem Temática e Regional

Comitês (Paulista e Nacional) das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ). São instituições que contam com a participação dos municípios, Estados de São Paulo e Minas Gerais, União, usuários de água e sociedade civil organizada. Estas organizações tiveram suas bases alicerçadas pelo comitê paulista, o mais antigo do Estado, que acumulou excelente experiência nos processos de negociação sobre o uso da água. Fui presidente do Comitê Paulista por 3 gestões de dois anos cada uma (1999 até 2004) e do Comitê Nacional, instalado em março de 2003, do qual fui seu primeiro presidente, concluindo o mandato no final de 2004, quando deixei de ser Prefeito de Rio Claro. Nesses períodos construímos o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos (Relatório Zero); dois sucessivos Planos de Bacias com duração de três anos cada um deles; definimos as Políticas de Desenvolvimento Regional, levando em conta a precariedade nas quantidades e qualidades dos recursos hídricos regionais; estabelecemos o diálogo com a Agência Nacional de Águas (ANA), com os Governos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo para redefinição da outorga para a captação da água que serve para abastecer a Região Metropolitana de São Paulo, tendo como concessionária a SABESP; concluímos o ano de 2005 com a implantação dos instrumentos de Gestão previstos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, conforme a Lei Federal nº 9433.

Os Comitês (Paulista e Nacional) funcionam de forma integrada, com suas dez Câmaras Técnicas⁶⁴ que organizam as diversas áreas de atuação dos CBH-PCJ, sendo integralmente respeitadas nos processo de gestão. De 1994 até o final de 2003, o Comitê Paulista, com recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), mais as contrapartidas daqueles que foram seus tomadores, efetuou investimentos da ordem de cinquenta e três milhões, cento e vinte e um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos (R\$ 53.121.497,52), sendo 56% destinados à implantação de sistemas de afastamento e

⁶⁴ Comitê Paulista das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (2003) Água. Foco: Assessoria de Comunicação e Marketing Corporativo. São Paulo.

tratamento de esgotos. Nesse período saímos dos 3% de esgotos tratados na região para cerca de 35%. Os investimentos serviram para alavancar novos projetos que estão em desenvolvimento e que elevarão os números referidos para aproximadamente 55% no final de 2006. Tem sido um trabalho de Planejamento Ambiental, com severas repercussões positivas nos municípios e especialmente nas áreas urbanizadas.

No mês de dezembro de 2004 foram confirmados os Planos Municipais de Recursos Hídricos implantados em 15 municípios das Bacias PCJ. No município de Rio Claro, a legislação construída com intensa participação da comunidade ganhou a denominação de Código das Águas.

4.3.3) Redes Internacionais

O projeto político-administrativo que procurei implantar em Rio Claro considerava a importância de fortalecermos o Mercosul e as Redes que possuem conexão com a América Latina. Assim foram identificadas duas Redes Internacionais que consideramos a importância de nosso engajamento: Rede Mercocidades e Rede URB-AL.

A Rede Mercocidades originalmente era constituída por municípios com mais de 500 mil habitantes e localizados nos países: Brasil, Argentina e Uruguai. Em 1997, quando fui convidado pelo Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL) para lançar o livro “Laudos Periciais em Depredações Ambientais” em Buenos Aires, procurei a Intendência da capital Argentina para dialogar sobre o Mercosul. Ali mesmo recebi a adesão de Buenos Aires, que se comprometeu a liderar um movimento para inclusão de Rio Claro na Rede Mercocidades, ou seja, Cidades do Mercosul. Naquele momento o Município de Montevideú, capital do Uruguai, ocupava a função de Secretaria Executiva (posto máximo) da Rede. A Intendência de Montevideú era ocupada pelo Arquiteto Mariano Arana, meu amigo pessoal desde a realização do Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL) em Montevideú, quatro anos antes. Foi preparada uma carta e um vídeo sobre Rio Claro, com a argumentação de convencimento sobre a importância da mudança no Regimento Interno da Rede, permitindo a participação de municípios com menos de 500 mil habitantes. Rio Claro foi o primeiro município, nas condições expressas, a fazer parte da Rede Mercocidades. A partir daí, os técnicos e profissionais do município de Rio Claro assumiram posições importantes na Rede, seja no Projeto de Educação, de Inclusão Social, das Políticas Públicas de Desenvolvimento e Tecnologia, Cultura, Meio Ambiente e na sub-coordenação da Unidade Temática Desenvolvimento Urbano. Na Unidade Temática de Desenvolvimento Urbano foram realizados Seminários em Rio

Claro, Uberlândia, em Rosário (Argentina) e Buenos Aires. A Prefeitura de Rio Claro, sob a coordenação da Professora Doutora Silvana Maria Pintaui, ficou com a responsabilidade e publicou dois **livros (MERCOCIDADES 2001 e 2003)**⁶⁵, e realizou o Concurso de Fotografias das Cidades, com premiação em Rio Claro. São eventos e publicações de grande importância para a unidade latino-americana. Destaque-se que as Unidades Temáticas são os órgãos da Rede Mercocidades através dos quais se desenvolve o trabalho permanente e orientado a temas específicos de relevância, que visam cumprir com os objetivos da rede que são: a integração das cidades localizadas no espaço regional do Mercosul, através da representatividade e fortalecimento de seus governos locais.

Com os propósitos aqui expressos, passaram a fazer parte da Rede Mercocidades, além de municípios brasileiros, argentinos e uruguaios, municípios do Chile, Paraguai e Bolívia. Em 2003, sob liderança da Montevideu, o Município de Rio Claro, através de seu Prefeito, fez parte da caravana oficial do Brasil no Mercosul, participando da Reunião de Cúpula na Sede da Rede Mercosul.

A Rede URB-AL, da Comunidade Européia⁶⁶, trouxe muitas contribuições para Rio Claro, para minha formação, para o desenvolvimento das pesquisas sobre municípios, suas inter-relações e o planejamento urbano e ambiental. A Rede foi criada em dezembro de 1995, por decisão da Comunidade Européia, contando com uma inicial provisão orçamentária de 14 milhões de euros. É um programa de cooperação descentralizada e horizontal da Comissão Européia, voltada para as cidades, regiões e demais configurações territoriais da Comunidade Européia e da América Latina, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas e de qualidade de vida das populações, bem como das cidades. Em 2002, participavam do Programa URB-AL quinze países da União Européia e dezoito países da América Latina, com encontros Bienais, Redes Temáticas e Projetos Comuns. Em 2002 as Unidades Temáticas da Rede URB-AL eram: 1) Droga e Cidades, coordenada por Santiago (Chile); 2) A Conservação dos Contextos Históricos, coordenada por Vicenza (Itália); 3) A Democracia da Cidade, coordenada por Issy-les-Moulineaux (França); 4) A Cidade como

⁶⁵ **MERCOCIDADES (2001)** El Espacio de lo Público: Gestión del Espacio Público en Nuestras Ciudades. Unidade Temática de Desenvolvimento Urbano, Rede Mercocidades. Coordenação de Municipalidad de Malvinas Argentinas e Sub-Coordenação de Rio Claro. Malvinas Argentinas. Argentina.

MERCOCIDADES (2003) A Cidade Global, Existe no Mercosul?: Gestão Urbana Local em Tempo Mundial. Unidade Temática de Desenvolvimento Urbano, Rede Mercocidades. Coordenação de Municipalidad de Malvinas Argentinas e Sub-Coordenação de Rio Claro. Rio Claro. Brasil

⁶⁶ Maiores e melhores informações sobre a Rede URB-AL poderão ser obtidas no Site: www.urb-al.com. Sobre a Rede 5 Políticas Sociais Urbanas o site é: www.montevideo.gub.uy/urbal.htm.

Promotora do Desenvolvimento Econômico, coordenada por Madri (Espanha); 5) Políticas Sociais Urbanas, coordenada por Montevideu (Uruguai); 6) Meio Ambiente Urbano, coordenada por Málaga (Espanha); 7) Gestão e Controle da Urbanização, coordenada por Rosário (Argentina); e 8) Controle da Mobilidade Urbana, coordenada por Stuttgart (Alemanha). Rio Claro participava como membro de cinco (5) dessas unidades, com resultados significativos como alguns dos relatados a seguir:

Na Unidade Temática 5⁶⁷, Política Social Urbana, o município de Rio Claro apresentou a proposta de Projeto Comum denominado “Economia Solidária: um Setor em Desenvolvimento”, obtendo adesão imediata dos municípios de Bilbao, Trelew, Quito, Guarulhos, Córdoba, Ate, Paris e Rio Claro, que ficou como coordenadora. Em março de 2002 foi realizado um Seminário Internacional sobre Economia Solidária, com participação dos sócios citados, bem como de mais 28 municípios brasileiros, recebendo contribuições dos seguintes peritos internacionais: Klaus Bodemer (Alemanha); José Luiz Coraggio (Argentina) e Alicia Ziccardi (Argentina-México). Os cooperados da Cooperativa dos Catadores de Resíduos Sólidos de Rio Claro (Cooperviva) participaram ativamente da programação.

Na Unidade Temática 6, Meio Ambiente Urbano, sob a coordenação da cidade espanhola de Málaga, foi desenvolvido um Projeto Comum, coordenado pela Comuna Italiana de Ariccia, denominado “*Melhorar o Ambiente Urbano: identificação das ações destinadas à valorização dos espaços verdes e a reabilitação dos centros históricos das zonas urbanas.*”⁶⁸. Foram realizados Seminários em Ariccia no mês de maio de 2003 e em Rio Claro no mês de novembro de 2003. Os municípios sócios neste projeto foram: Ariccia (Itália - Coordenadora); Vila Real de Santo Antonio (Portugal); Três de Febrero e San Patricio de Chamar (dois municípios da Argentina); Ate e Elias Soplín Vargas (dois municípios do Peru); Bruxelas (Bélgica) como Sócio Externo e o Município de Rio Claro (Brasil). O Plano de Ação apresentado ao final do Projeto, devidamente publicado, serviu de base para diversas intervenções realizadas na área urbana de Rio Claro. Trata-se de um projeto para revitalização de áreas urbanas, com metodologia desenvolvida por pesquisadores argentinos, italianos, belgas, portugueses, peruanos e brasileiros, em atividade integradora.

⁶⁷ PINTAUDI, S. M. (organizadora, 2002) Economia Solidária: um Setor em Desenvolvimento. Prefeitura Municipal de Rio Claro. Edição bilíngüe: português e espanhol. URB-AL: Rede da Comunidade Européia. Rio Claro.

⁶⁸ SILVESTRI, C. & ABALERON, C. A. (coordenadores, 2004) Melhorar o ambiente urbano: identificação das ações destinadas à valorização dos espaços verdes e à reabilitação dos centros históricos das zonas urbanas. Publicação trilingüe (italiano, espanhol e português). Comune di Ariccia. Itália.

Na Unidade Temática 3, A Democracia na Cidade, coordenada pela cidade francesa de Issy-le-Molineaux, localizada na Região Metropolitana de Paris, foi desenvolvido o Projeto, também coordenado pela mesma cidade, com implantação de Observatórios Territoriais, entre os quais um na UNESP de Rio Claro. Este Observatório é coordenado pela Professora Doutora Silvana Maria Pintaudi e está situado no Centro de Estudos Ambientais no Campus da Bela Vista (Rio Claro). A inauguração do Observatório do CEA da UNESP de Rio Claro contou com a presença de uma Delegação da Universidade de Valência (Espanha), da Cúpula do Ajuntamento de Gandia, onde funciona a Universidade D'Estiu, inclusive seu Alcalde e Secretário de Planejamento e Meio Ambiente, e do Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA).

5) Homenagens, Distinções e Méritos Recebidos

Os Méritos, as Distinções e Homenagens recebidas certamente devem ser compartilhadas com toda a equipe de trabalho tanto na Universidade (UNESP), quanto na Prefeitura Municipal de Rio Claro. Somente o trabalho em equipe e de forma integrada poderia ser aglutinadora das diversas Homenagens e Méritos recebidos, os quais apresento alguns exemplos:

Em agosto de 1995, durante a realização do Encontro de Geógrafos da América Latina em Havana (Cuba), tive oportunidade de receber a **Medalha Alma Mater**, comemorativa dos 260 anos da Universidad de La Habana – celebrados em 1988 –, oferecida para personalidades que merecem o reconhecimento da Universidad. Na Cerimônia Formal (Sessão Solene na Reitoria) em que foi Homenageado o Professor Doutor Milton Santos, alguns geógrafos latino-americanos, entre os quais eu me encontrava incluído, receberam o **Mérito Profissional** referido. Trata-se de uma homenagem de caráter internacional que realça a carreira profissional e honra à ação dos geógrafos brasileiros.

As diversas homenagens recebidas, quando escolhido para patrono e paraninfo de turmas de formandos dos Cursos de Geografia e de Ecologia, muito enobrecem nossas carreiras dentro da Universidade. Mas devo destacar algumas homenagens – de âmbito local, regional e internacional –, que foram obtidas pelo fato do Geógrafo e Planejador exercer as funções e o cargo de Prefeito Municipal de Rio Claro.

Devo considerar como Mérito as duas eleições e seus conseqüentes Diplomas, que me foram conferidos pela Justiça Eleitoral Brasileira, respectivamente em 16 de dezembro de 1996 e em 15 de dezembro de

2000. As votações obtidas demonstram a adesão e a confirmação da confiança e do respeito ao trabalho do Geógrafo.

Através do Decreto nº 2394, o Intendente Municipal de Rosário Declarou em seu **Artigo 1º: “DECLARESE Visitante Distinguido de la ciudad de Rosário, al señor Cláudio Antonio de Mauro”**. A homenagem foi prestada pela atuação na Rede Internacional Mercocidades, nas diversas Unidades Temáticas da Rede.

Em 21 de maio de 2002, na cidade de Paulínia, o Instituto Ambiental BIOSFERA (www.biosfera.com.br), no âmbito do **Simpósio e Exposição sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em Municípios Industriais**, conferiu ao Senhor Cláudio Antonio de Mauro, Prefeito de Rio Claro o diploma de **DESTAQUE NACIONAL nas áreas de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Honraria concedida em reconhecimento aos relevantes serviços públicos prestados pelo mesmo naquelas importantes áreas.**

Em de abril de 2002, o Jornal Gazeta Mercantil, em conjunto com a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), conferiu ao Município de Rio Claro, entregando ao Prefeito Cláudio Antonio de Mauro o **Diploma de vencedor em primeiro lugar, na Categoria Grandes Municípios do II Prêmio CPFL- GAZETA MERCANTIL Balanço Ambiental Interior Paulista, por haver comprovado níveis de excelência em gestão ambiental e social.**

Em setembro de 2002, a Municipalidade de Assunção, Capital do Paraguai, através do **Presidente da Junta Municipal Félix Argaña Contreras e do Intendente Municipal Enrique Riera Escudero**, concedeu a Declaração de **HUÉSPED ILUSTRE de la Ciudad de Asunción al Señor Cláudio Antonio de Mauro, Prefeito de Rio Claro – República Federativa del Brasil**. A defesa para ampliação das participações de municípios na Rede Mercocidades, incluindo os paraguaios, chilenos e bolivianos, inclusive aqueles com menos de 500 mil habitantes, foi uma das motivações para que fosse conferida esta honraria.

Em 30 de junho de 2003 a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, Polícia Militar do Estado de São Paulo, através do **CORPO DE BOMBEIROS**, conferiu ao Professor Doutor Cláudio Antonio de Mauro, **pela sua benemerente amizade, cooperação e dedicação às causas do Corpo de Bombeiros, o DIPLOMA DE AMIGO DOS BOMBEIROS.**

Em 16 de dezembro de 2003, o Programa de Gestão Urbana PGU-ALC (UNDP-UM-HABITAT) reconhece: *a la valiosa contribución personal y profesional de: Cláudio Antonio de Mauro, para el cumplimiento de los objetivos de este Programa y la construcción de ciudades más justas, democráticas y solidarias en América Latina y El Caribe.* A honraria leva a assinatura do **Dr. Yves Cabannes – Coordenador Regional PGU-ALC em Quito (Equador)**. No mesmo ano de 2003 o PGU das Nações Unidas publicou o Livro: A Construção da Democracia Participativa em Rio Claro, Brasil, de autoria do Secretário Municipal de Educação de Rio Claro, docente da UNESP, Professor Doutor Romualdo Dias.

Em cerimônia realizada no Palanque Oficial dos Desfiles das Forças Armadas em Brasília, o Ministro de Estado da Integração Nacional, *“...tendo em vista o disposto no Decreto nº 4217, de 06 de maio de 2002, de acordo com a apreciação de mérito da Comissão Técnica, confere a Medalha ‘Defesa Civil Nacional’ – categoria Cavaleiro – a Cláudio Antonio de Mauro, pelos relevantes serviços prestados à Defesa Civil Nacional. Brasília-DF, 28 de agosto de 2002. Assinado pelo Ministro de Estado da Integração Nacional Luciano Barbosa, pelo Secretário Nacional de Defesa Civil José Wilson Pereira e pelo Secretário da Comissão Técnica Paulo Roberto Mourão.”* Medalha de Defesa Civil Nacional.

Em Cerimônia de premiação realizada em 25 de agosto de 2004, durante o “IV Seminário Internacional de Desenvolvimento Urbano, Globalização e Sustentabilidade” promovido pelo Programa Eco-Cidadão - Prefeitura de Macaé (RJ) e pela HABITAT (Organização das Nações Unidas – ONU), foi conferido o Prêmio Eco Cidadão para Cláudio Antonio de Mauro, *“personalidade que através de suas ações e posturas contribui valiosamente para a construção de uma sociedade mais autônoma, eqüitativa e sustentável.”*

Em Cerimônia Oficial no Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado de São Paulo, sob a Presidência do Governador Geraldo Alckmin e do Diretor do SEBRAE (São Paulo), José Ricca, foram premiados os oitenta e dois (82) Prefeitos do Estado de São Paulo com o título *Prefeito Empreendedor. A premiação conferida ao Prefeito Cláudio Antonio de Mauro pelo desenvolvimento das micro e pequenas empresas e à geração de renda e empregos no Município de Rio Claro no ano de 2003.*

Em Sessão Solene realizada **no ano de 2004 a FUNDAÇÃO ROTÁRIA DO ROTARY INTERNATIONAL** conferiu a Cláudio Antonio de Mauro o **título de COMPANHEIRO PAUL HARRIS**, *em reconhecimento à prestação de tangíveis e significantes serviços com objetivos de fomentar a compreensão e as relações amistosas entre os povos do mundo*. Devo destacar que em Rio Claro sou o primeiro cidadão que não faz parte do quadro associativo do Rotary International a receber tão importante honraria. Assinada pelos seus dirigentes Internacionais, **o título vem assinado pelo Presidente dos Curadores da Fundação Rotária James L. Lacy e pelo Presidente do Rotary International Jonathan B. Majiyagbe**.

6) Atividades a Serem Desenvolvidas e Resultados Esperados

Tendo em vista a trajetória desenvolvida como Profissional da Geografia e do Planejamento Ambiental Municipal, tenho a expectativa de realizar e promover atividades no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia que permitam o fortalecimento e desenvolvimento de um Núcleo Acadêmico na área do concurso ao qual estou me submetendo.

Devo considerar a importância e minha disponibilidade em trabalhar com alunos dos Cursos de Graduação. O fortalecimento do Núcleo de Planejamento Ambiental Municipal, com enfoque principal em áreas urbanizadas, implica no envolvimento de profissionais de diversas áreas, inseridos na Universidade e fora dela, permitindo o desenvolvimento e formação dos estudantes de cursos de graduação. Assim, o oferecimento de uma disciplina semestral, abordando o Planejamento Ambiental Urbano, bem como o oferecimento de estágios, com orientação para os trabalhos de graduação, são partes de minha perspectiva de trabalho.

A mesma consideração tem valor para cursos de Especialização (pós-graduação lato sensu) oferecidos pela Universidade Federal de Uberlândia. Estarei disponível para o engajamento em Programa de Pós-Graduação com oferecimento de disciplina Semestral. Poderão ser preparados programas para disciplinas com temas, como: Meio Ambiente de Áreas Urbanizadas; Planejamento Ambiental Municipal e/ou de Áreas Urbanizadas; Administração Pública Municipal e Ambiental; Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos; Sistema Nacional de Meio Ambiente; Comitês de Bacias Hidrográficas; e Os Instrumentos de Gestão da Água. Outros temas poderão ser programados, conforme os interesses dos referidos Programas de Pós-Graduação, estabelecidos cronogramas em comum acordo. Devo destacar que tenho recebido convites de diversas Universidades no Brasil e em outros países para

ministrar cursos, participar de eventos, palestras e promover intercâmbios. Esses compromissos poderão ser assumidos, sendo de interesse da Universidade Federal e do Instituto de Geografia, ao qual estarei afeto. Estas atividades permitirão participar das atividades do Departamento com responsabilidades de **docência** e formação de pessoal, em Cursos de Graduação e em Programas de Pós Graduação, conforme as funções da universidade pública brasileira.

As experiências acumuladas em administração pública, bem como os contatos estabelecidos no âmbito federal, poderão ajudar para pleitearmos o desenvolvimento de projetos em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, através do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), Agência Nacional de Águas (ANA), Ministério das Cidades, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), entre outros. Os contatos prévios já realizados na Fundação de Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte também poderão ajudar na viabilização de Projetos comuns. Desta forma, o Núcleo destinado a assuntos Municipais, Urbanos e Ambientais poderá se desdobrar para constituir um Observatório, nos moldes do existente no Centro de Estudos Ambientais da UNESP de Rio Claro, vinculado aos Programas Internacionais da Rede Mercocidades e da Rede URB-AL, conforme referido anteriormente. Os conjuntos de atividades previstas nestes casos arrolados oferecerão à nossa atividade as condições para o cumprimento de outra das funções da universidade pública brasileira, ou seja, a **extensão** de serviços. Neste aspecto, pelas ações já desenvolvidas em diversos momentos de minha vida acadêmica, há disponibilidade para apoiar Prefeituras Municipais e os movimentos sociais, especialmente as Organizações Não Governamentais (ONGs). Todas essas ações e atividades de **extensão** fundamentarão e estarão integradas com as funções didáticas da **docência** e dos objetos de **pesquisa**.

Evidentemente que o rol de alternativas expostas como possibilidades serão organizadas, selecionadas e pactuadas conforme os interesses do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, guardados os níveis de independência típica da carreira acadêmica. Quanto a **encargos administrativos**, no meu entendimento, apesar da experiência já vivenciada, no Departamento de Planejamento Regional da UNESP, nos primeiros anos de vínculo com a Universidade Federal, precisarei, em conjunto com o Instituto de Geografia, acompanhar suas necessidades, não havendo qualquer tipo de pretensão pessoal de minha parte. Estarei à disposição para colaborar, conforme as solicitações e necessidades identificadas por esse conjunto.

O Projeto de Pesquisa mais amplo versará sobre o Planejamento Ambiental Municipal e/ou de Áreas Urbanizadas. Sua base teórica está apresentada na Coletânea: RIO CLARO, a Cidade Azul no Limiar do Milênio (MAURO, 2003)⁶⁹.

Com a *mundialização* e as características do que tem sido chamado de globalização vigente, e com os níveis consideráveis de desenvolvimento tecnológico-científico (SANTOS, 1992)⁷⁰, com a aceleração dos processos de urbanização e com a “*agudização*” das polarizações nas urbes brasileiras (DOWBOR, 1994)⁷¹, o meio ambiente tem sido mais exigido nos espaços mundiais (CHOMSKY, N. 1993)⁷², regionais, e principalmente nos lugares. Daí se impõe para os povos imensas contradições. Como produzir mais, reduzindo ao mínimo a depredação ambiental? Em 1980, com a publicação da Estratégia Mundial para a Conservação, foram enfatizados três objetivos principais:

- 1) os processos ecológicos essenciais e os sistemas de sustentação da vida devem ser mantidos;
- 2) a diversidade genética deve ser preservada;
- 3) qualquer utilização de espécies e de ecossistemas deve ser sustentável.

As abordagens eram predominantemente ecológicas. Mas ofereceram um início para as temáticas que receberiam maiores preocupações mundiais, especialmente pelos movimentos da sociedade. Mais à frente, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF)⁷³ em 1992 publicaram as seguintes considerações:

“...os assuntos mais importantes a serem analisados estão fortemente ligados e, portanto, nossas ações devem ser de ajuda mútua e visar um objetivo comum;

As mudanças a fazer no nosso modo de viver de desenvolver serão fundamentais e de longo alcance: exigirão a nossa total dedicação. A tarefa será mais fácil se trabalharmos juntos;

Nenhum grupo obterá sucesso agindo sozinho.”

⁶⁹ MAURO, C. A. de (2003) – Apresentação In Coletânea Rio Claro: a Cidade Azul no Limiar do Milênio. Organizada por Cláudio Antonio de Mauro. Coletânea Eletrônica em Cd-rom, composta de 24 Volumes. Arquivo do Município de Rio Claro. Rio Claro.

⁷⁰ SANTOS, Milton (1992) Metamorfose do Espaço Habitado. HUCITEC. São Paulo

⁷¹ DOWBOR, L (1994) Governabilidade e Descentralização. Texto fotocopiado e entregue em Rio Claro. São Paulo.

⁷² CHOMSKY, N. (1993) Ano 501: A conquista continua. Editora Página Aberta. São Paulo

⁷³ UICN, PNUMA & WWF (1992) Cuidando do Planeta Terra: uma estratégia para o futuro e a vida. SP-ECO 92. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo.

Para que os objetivos arrolados possam ser alcançados, os mesmos autores ressaltam a necessidade de adoção de quatro princípios que definem os critérios e quatro princípios que definem os caminhos a serem adotados nos níveis individuais, local, nacional e internacional, dizendo:

“ respeitar e cuidar das comunidades dos seres vivos; melhorar a qualidade de vida humana; conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra; minimizar o esgotamento de recursos não renováveis. ”

Os caminhos a serem seguidos, foram apresentados como:

“modificar atitudes e práticas pessoais; permitir que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente; permanecer nos limites da capacidade de suporte do Planeta Terra; gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação.”. Devo destacar o documento publicado pela **ANAMMA (2002)**⁷⁴, como material de base para as discussões no Fórum Preparatório para a “Rio + 10”.

Assumir a coleta de informações sobre as políticas desenvolvidas em municípios do Triângulo Mineiro e da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba permitirá a verificação da coerência com os caminhos arrolados. Desta forma serão criadas condições para reunir as experiências bem-sucedidas para serem aproveitadas como referência por outros municípios, respeitadas suas idiossincrasias. A visão geográfica do planejamento permitirá a integração dos aspectos físico e sócio-econômicos, resultando em apoio para as organizações comunitárias e aos poderes públicos, dispostos ao engajamento em ações transformadoras. Em Rio Claro, com a orientação da Professora Doutora Rosângela DOIN foi publicado, com apoio da Prefeitura Municipal o Atlas Municipal e Escolar: Histórico, Geográfico e Ambiental **(2001)**⁷⁵, que reuniu a situação vigente e serviu de instrumento para oferecer informações à população local, especialmente escolar.

É óbvio que nosso projeto implica em colaborar com transformações importantes nos fatores que em última instância condicionam a história, ou seja, a produção e a reprodução da vida real **(COLL, 1983)**⁷⁶. Dentro dos princípios de uma Nova Democracia, haverá necessidade de mudanças nos modos de viver. Nosso trabalho na Universidade Federal de Uberlândia

⁷⁴ **Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (2002)** Sustentabilidade e Democracia: Elementos para uma Estratégia de Gestão Ambiental Urbana no Brasil. ANAMMA. Porto Alegre.

⁷⁵ **NICOLETTI, F. et. al. (2001)** Atlas Municipal e Escolar: Geográfico, histórico, ambiental. Coordenação Rosângela Doin de Almeida. FAPESP: Prefeitura Municipal de Rio Claro: UNESP Campus de Rio Claro. Rio Claro.

⁷⁶ **COLL, A. L. (1983)** La correspondencia de Marx e Engels: Apuntes sobre el método. Economía. Editora de Ciencias Sociales. La Habana.

ajudará no oferecimento de Cursos e Programas de Capacitação, envolvendo municípios que possam preparar servidores públicos e sociedade civil nos processos, vinculados a essas transformações. Devemos destacar as possibilidades de apoio a municípios na realização de Planos Diretores⁷⁷, Agenda 21 e critérios para implementação de Políticas Municipais de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente. O acompanhamento dessas transformações merecerá a elaboração de relatórios e trabalhos que serão publicados e apresentados em eventos organizados por profissionais, acadêmicos e científicos. Para o desenvolvimento dessas atividades será interessante a formação de um Observatório Municipal ou um organismo que tenha como missão colaborar com a melhoria da gestão pública municipal.

O desenvolvimento das atividades, abordando o poder local, em suas características do Planejamento Urbano e Ambiental e suas inter-relações, comporá a base de nossa pesquisa, reunindo experiências municipais. Esta elaboração permitirá a proposição de ações que contribuam com o processo de transformação nas práticas administrativas dos municípios. Nessas perspectivas será possível a continuidade de meu projeto de vida profissional com a formação na área ambiental e de planejamento, de estudantes dos cursos de graduação e da pós-graduação. Desta forma, haverá material de publicação que contribuirá para o processo de formação de pessoal nas áreas de abordagem da Geografia com enfoque em planejamento e meio ambiente.

⁷⁷ **Ministério das Cidades (2002)** Plano Diretor Participativo: Guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Organização de Raquel Rolnik. Brasília.